

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referentes ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	5
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

O Martins submete aos senhores o relatório da administração e as demonstrações financeiras, com o relatório dos auditores independentes, referente aos exercícios sociais de 2020.

O ano de 2020 foi um ano atípico, marcado por uma crise de saúde global decorrente do Covid-19, que criou ruptura nas cadeias de suprimento, reduziu o PIB e tornou o ambiente político ainda mais conturbado.

Nossa resposta à crise envolveu 4 frentes:

Proteção & Gestão das Pessoas

Implantação dos protocolos recomendados pelos órgãos de saúde, envolvendo higienização, distanciamento e utilização de máscaras. Adicionalmente, equalizamos os gastos com vistas à manutenção dos empregos.

Proteção do Caixa

Construímos cenários de Fluxo de Caixa com base na nova realidade de vendas e: tomamos linhas de crédito de curto prazo; contínuo monitoramento de vendas e estoques, negociando com os fornecedores ajustes nos prazos de acordo com o giro; revisão de limites de crédito, política de prorrogação e reforço de cobrança; e suspensão de projetos e investimentos.

Manutenção da Operação

As Diretorias de Compras ficaram focadas em manter canal permanente de comunicação com os fornecedores, informando-os sobre o novo giro. A Diretoria de Vendas trabalhou junto com a Diretoria de Vendas Digitais para viabilizar a integração entre o on e o off line. A Diretoria de Logística focou em manter os armazéns e o transporte operando sem abrir mão dos protocolos de segurança.

Identificação de Oportunidades

Com o objetivo de simplificar, agilizar e colaborar, seguimos atentos à identificação e captura de oportunidades envolvendo: integração dos canais on e off line; revisão do sortimento; ecommerce B2C (efacil.com.br); e simplificação de processos, redução de estruturas, ajustes em crédito, comissões, adequação dos incentivos para a Força de Vendas presencial, consolidação do novo modelo de compras, implementação do programa de fidelização BEM – Benefícios Exclusivos Martins – muitas destas iniciativas suportadas por inteligência gerada pelo DataLab Martins.

Ao praticar o que falamos, especialmente “o melhor conselho é o exemplo”, escolhemos trabalhar presencialmente nos escritórios, mesmos com todos os riscos conhecidos e desconhecidos, justamente por acreditarmos que as interações presenciais seriam fundamentais para a agilidade na tomada de decisões, para servir de exemplo e para deixar claro para todos colaboradores, com destaque para Logística e Força de Vendas, o nosso compromisso em manter nossas operações e consequente abastecimento dos nossos clientes em condições jamais vistas ou vividas anteriormente; sempre com todos os cuidados sanitários necessários ao momento.

Os canais online completamente operantes, integrados com nossa Força de Vendas presencial, permitiram o contato contínuo com nossos clientes, e foram bases fundamentais para nosso crescimento tanto em volume de vendas quanto em quantidade de clientes atendidos.

Trabalhamos com serenidade em um ambiente ainda não vivido, acreditando na máxima que “caixa é rei”, preparando-nos para uma lenta recuperação e com a certeza de que o consumidor não seria mais o mesmo a luz de um conjunto de escolhas estratégicas que nos diferenciaram positivamente dos nossos concorrentes.

A resposta por parte das autoridades constituídas – executivo e legislativo – com a adoção de medidas envolvendo o auxílio emergencial e medidas de apoio ao setor produtivo foram muito importantes para atenuar os impactos econômicos e sociais decorrentes da Covid-19.

O conjunto de nossa reação à crise, associada, principalmente, ao auxílio emergencial e ao fato de nossos clientes em sua grande parte se enquadrarem como atividade essencial, permitiu-nos uma mudança de patamar mesmo em um cenário adverso.

Reflexo disso, a receita bruta consolidada atingiu R\$ 6.537 milhões (2019 – R\$ 5.094 milhões), um crescimento de 28,3%, enquanto a receita líquida foi de R\$ 5.452 milhões (2019 – R\$ 4.267 milhões), um crescimento de 27,8%. Nossa área de crédito, a despeito da expansão de vendas e crédito, manteve as perdas em patamares mínimos de 0,1% da receita líquida (2019 – 0,2%). O lucro bruto, de R\$ 1.249 milhões (2019 – R\$869 milhões), cresceu 43,7% - reflexo do crescimento de nossa margem bruta em 2,5 pp em relação a 2019 em conjunto com aumento do volume das vendas. As despesas comerciais, de distribuição, gerais e administrativas, líquidas de outras receitas operacionais, totalizaram R\$ 988 milhões (2019: R\$ 793 milhões), crescendo 24,6% sobre o ano de 2019. Eventos não recorrentes afetando o resultado do ano, envolvem tributos federais e estaduais, cujo impacto totalizou R\$ 16,9 milhões após o IR e CS. O lucro líquido do ano totalizou R\$ 233 milhões (2019 – R\$ 121 milhões), um crescimento de 92,6%.

Os investimentos, no ano, totalizaram R\$ 44 milhões (2019 – R\$ 70 milhões), aplicados, principalmente em tecnologia da informação, parte importante destinada a implementação da plataforma do Marketplace “B2B”, em obras e reformas e na aquisição de caminhões.

O valor proposto a título de dividendos sobre o lucro líquido após a constituição da reserva de lucros e subvenção para investimentos, incluindo os juros sobre capital próprio, foi de R\$ 22 milhões (2019 – R\$ 4 milhões) em linha com o disposto em nosso estatuto social que prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido anual ajustado pela constituição de reservas, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio.

Nosso balanço patrimonial segue sólido com um nível de liquidez suficiente para suportar nossos negócios, com um aumento do patrimônio líquido em 22,1% perfazendo um total de R\$625 milhões (2019: R\$ 512 milhões) e retorno sobre o patrimônio líquido de 37,4% (2019: 23,6%) e retorno sobre o capital investido de 20% (2019: 6,6%).

A consolidação do Plano MARTINS 2021 em 2020 - cujas quatro colunas compreendem: Foco no Cliente; Resgate da Essência; Alavancar o SIM (Fidelização ao Sistema Martins, que compreende além do Martins, o Tribanco e empresas financeiras); e Digitalização – foi fundamental para permitir que capturássemos as oportunidades que o ambiente de 2020 propiciou e reforça a qualidade de nossas escolhas estratégicas.

Destacamos aqui mais alguns resultados relevantes: Chegamos a 230 mil clientes distintos atendidos no ano (215 mil em 2019), mais de 330 mil entregas/mês (205 mil entregas/mês em 2019) em mais de 5.000 municípios. A participação de vendas digitais (martins.com.br) nas vendas totais alcançou 41% (23% em 2019), produto de uma estratégia de conjugação do on e off line. A participação de vendas à pessoas físicas (efacil.com.br) nas vendas totais, atingiu 7% (5% em 2019). Nosso marketplace, em seu início, já conta com 126 sellers e GMV de R\$ 26,6 milhões. Crescemos nossa Força de Vendas Presencial, aumentando o número de representantes comerciais para 4.348 (3.558 em 2019). A nossa rede fidelizada Smart Supermercados terminou o ano com 602 lojas (563 em 2019).

Ao final do ano contávamos com 4.291 colaboradores (4.460 em 2019).

Aproveitamos esta oportunidade para agradecermos aos nossos clientes, fornecedores e colaboradores. Aos clientes, por não nos deixarem acomodar nos desafiando sempre a sermos mais eficientes; aos nossos fornecedores por nos confiarem a distribuição de seus produtos; e aos nossos colaboradores pelo seu engajamento e compromisso de manter essa organização como referência no cenário nacional.

Finalmente, gostaríamos de expressar nosso reconhecimento aos nossos acionistas e conselheiros cujo apoio, direção e incentivo foram fundamentais nesse ano tão desafiante. Adicionalmente, reforçamos aqui nosso compromisso incondicional e inabalável com a causa MARTINS.



KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A
Uberlândia - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida às sociedades anônimas de capital fechado, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

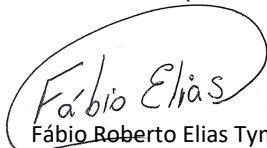
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 24 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Fábio Roberto Elias Tymburibá

Contador CRC 1SP214859/O-0

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	242.293	140.512	284.012	158.863	Fornecedores	14	982.277	804.834	972.105	797.083
Contas a receber	6	556.049	443.430	559.845	449.971	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	67.707	2.581	74.721	10.515
Estoques	7	838.969	679.800	839.325	680.419	Salários, encargos e benefícios sociais	17	64.840	27.015	70.922	31.291
Impostos a recuperar	8	116.666	105.217	119.629	111.999	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.716	1.628
Dividendos a receber	9.b	9.577	3.072	-	-	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	30.831	23.567	33.674	25.312
Crédito com fornecedores		33.522	22.242	33.522	22.268	Arrendamento Mercantil	11.b	30.526	29.089	31.915	32.181
Outros ativos		9.456	9.327	11.646	12.336	Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.b e 20.c	63.195	3.400	80.751	8.400
Total do ativo circulante		1.806.532	1.403.600	1.847.979	1.435.856	Outros passivos		57.249	35.406	63.899	45.149
						Total do passivo circulante		1.296.625	925.892	1.329.703	951.559
Não circulante											
Realizável a longo prazo:											
Depósitos judiciais	19.d	11.922	8.301	12.544	9.100	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	139.864	206.470	164.251	237.258
Empréstimos e adiantamentos com partes relacionadas	9.b	-	2.680	-	-	Arrendamento Mercantil	11.b	110.204	70.997	111.922	73.289
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	53.525	46.457	53.525	46.457	Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	14.419	15.034	14.419	15.033
Impostos a recuperar	8	89.988	106.726	89.988	106.726	Provisões para contingências	19	34.903	36.396	37.853	39.584
Outros ativos		1.837	1.145	1.935	1.208	Outros passivos		-	1.000	-	1.000
Total do realizável a longo prazo		157.272	165.309	157.992	163.491	Total do passivo não circulante		299.390	329.897	328.445	366.164
						Patrimônio líquido	20				
Investimentos	10	47.392	49.725	54	54	Capital social		124.738	124.738	124.744	124.744
Direito de uso de arrendamento	11.a	136.417	96.363	139.389	101.517	Reservas de lucros		499.826	387.317	499.831	387.326
Imobilizado	12	53.833	38.729	118.177	114.757	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		624.564	512.055	624.564	512.055
Intangível	13	19.133	14.118	19.132	14.118	Participação de não controladores		-	-	11	15
Total do ativo não circulante		414.047	364.244	434.744	393.937	Total do patrimônio líquido		624.564	512.055	624.575	512.070
Total do ativo		2.220.579	1.767.844	2.282.723	1.829.793	Total do passivo e patrimônio líquido		2.220.579	1.767.844	2.282.723	1.829.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços	23	5.425.631	4.226.798	5.452.038	4.266.821
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	24	<u>(4.200.919)</u>	<u>(3.381.176)</u>	<u>(4.202.726)</u>	<u>(3.398.278)</u>
Lucro bruto		1.224.712	845.622	1.249.312	868.543
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais e de distribuição	24	(908.345)	(779.941)	(861.953)	(751.583)
Gerais e administrativas	24	(146.739)	(106.689)	(182.406)	(140.772)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	50.090	96.374	56.854	100.058
Equivalência patrimonial	10	<u>29.979</u>	<u>14.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		249.697	70.047	261.807	76.246
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		23.355	22.713	24.022	23.437
Despesas financeiras		(22.343)	(26.250)	(24.700)	(28.039)
Variações monetárias e cambiais		<u>6.264</u>	<u>43.097</u>	<u>6.110</u>	<u>43.749</u>
	26	<u>7.276</u>	<u>39.560</u>	<u>5.432</u>	<u>39.147</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>256.973</u>	<u>109.607</u>	<u>267.239</u>	<u>115.393</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes		(30.659)	3.345	(40.918)	(2.434)
Diferidos		<u>7.068</u>	<u>7.691</u>	<u>7.068</u>	<u>7.691</u>
	18.b	<u>(23.591)</u>	<u>11.036</u>	<u>(33.850)</u>	<u>5.257</u>
Lucro líquido do exercício		<u>233.382</u>	<u>120.643</u>	<u>233.389</u>	<u>120.650</u>
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores				233.382	120.643
Acionistas não controladores				<u>7</u>	<u>7</u>
				<u>233.389</u>	<u>120.650</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	233.382	120.643	233.389	120.650
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>233.382</u>	<u>120.643</u>	<u>233.389</u>	<u>120.650</u>
Resultado atribuível a:				
Acionistas controladores			233.382	120.643
Acionistas não controladores			<u>7</u>	<u>7</u>
			<u>233.389</u>	<u>120.650</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Atribuível aos acionistas da controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
		Capital social	Legal	Retenção	Reservas de Incentivos fiscais				
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>245.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>395.412</u>	<u>15</u>	<u>395.427</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	120.643	120.643	7	120.650
Subvenções para investimento	20.c	-	-	(27.967)	135.198	(107.231)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.d	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)	-	(4.000)
Aquisição de participação não controladora	20.e	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Transferência para reserva de lucros		-	-	9.412	-	(9.412)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>227.172</u>	<u>135.198</u>	<u>-</u>	<u>512.055</u>	<u>15</u>	<u>512.070</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	233.382	233.382	7	233.389
Subvenções para investimento	20.c	-	-	-	145.199	(145.199)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	20.d	-	-	(98.373)	-	(22.500)	(120.873)	-	(120.873)
Aquisição de participação não controladora	20.e	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Transferência para reserva de lucros		-	-	65.683	-	(65.683)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>124.738</u>	<u>24.947</u>	<u>194.482</u>	<u>280.397</u>	<u>-</u>	<u>624.564</u>	<u>11</u>	<u>624.575</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		256.973	109.607	267.239	115.393
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Perda na alienação de ativo imobilizado		573	7.155	6.903	12.911
Depreciação, amortização e depreciação arrendamento mercantil	11, 12 e 13	48.395	45.733	63.416	58.494
Receita com vendas de ativos imobilizados		(745)	(37)	(13.247)	(5.065)
Juros e variações monetárias líquidos	11 e 26	7.109	(37.946)	9.306	(37.326)
Encargos financeiros e amortização de custos debêntures	15	6.293	13.204	6.293	13.204
Resultado de equivalência patrimonial	10	(29.979)	(14.681)	-	-
Dividendos desproporcionais de controladas a não controladores e perda na participação de investimento por alteração de participação societária	10	17.854	5.371	17.854	5.266
Constituição de provisão (líquida de reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	2.827	(376)	3.015	1.753
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	6	2.028	(136)	1.442	(20)
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	7 e 8	(1.079)	(4.529)	(1.079)	(4.772)
Constituição de provisão (líquida de reversão) para participação no resultado		30.842	-	31.780	(504)
Perdas líquidas no valor recuperável do imobilizado e do intangível - impairment	12.b e 13	-	(3.608)	-	(3.608)
		341.091	119.757	392.922	155.726
Variações em:					
Contas a receber		(114.647)	(28.935)	(111.317)	(30.739)
Estoques		(157.888)	(19.304)	(157.625)	(13.175)
Impostos a recuperar		(29.685)	(43.106)	(28.821)	(45.131)
Crédito com fornecedores		(11.280)	5.345	(11.254)	5.688
Redução em outros ativos		(814)	1.395	3.459	2.459
Depósitos judiciais		(3.621)	1.980	(3.444)	1.574
Adiantamentos com partes relacionadas		2.680	(2.555)	-	-
Fornecedores		177.443	17.457	175.021	3.713
Salários, encargos e benefícios sociais		7.422	(974)	8.325	(876)
Participação nos lucros e resultados		(14)	-	(48)	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		51.337	10.793	55.150	10.086
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(7.770)	(9.533)	(8.457)	(10.158)
Outros passivos		20.937	3.602	17.690	10.366
Caixa gerado pelas operações		275.191	55.922	331.601	89.533
Juros pagos	11 e 15	(15.753)	(17.916)	(17.417)	(18.999)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(39.317)	(8.417)	(49.539)	(13.854)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		220.121	29.589	264.645	56.680
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Recebimento de saldo de caixa de controlada por aquisição de participação		-	-	-	632
Aquisição de participação societária		-	(697)	-	(697)
Integralização de capital em controladas	10	(200)	(477)	-	-
Recebimento de dividendos	9	8.056	8.528	-	-
Recebimento pela venda de imobilizados		755	-	9.828	1.924
Aquisição de bens dos ativos imobilizado e intangível	12 e 13	(37.883)	(24.511)	(44.076)	(70.085)
Fluxo de caixa proveniente (utilizado nas) das atividades de investimento		(29.272)	(17.157)	(34.248)	(68.226)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos	15	115.000	1.519	115.000	42.821
Amortização de financiamentos	15	(115.266)	-	(122.904)	(7.139)
Pagamento de principal arrendamento mercantil IFRS 16	11	(31.099)	(24.326)	(34.331)	(27.738)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	20	(57.703)	(6.467)	(63.013)	(11.740)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		(89.068)	(29.274)	(105.248)	(3.796)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		101.781	(16.842)	125.149	(15.342)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		242.293	140.512	284.012	158.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		140.512	157.354	158.863	174.205
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		101.781	(16.842)	125.149	(15.342)
		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas					
Vendas brutas de mercadorias e serviços prestados		6.429.349	4.997.835	6.458.908	5.042.675
Outras (despesas) receitas		172	(6.656)	6.475	(5.290)
Constituição de provisão para perdas estimadas para redução ao valor recuperável	6	(2.028)	136	(1.442)	20
		<u>6.427.493</u>	<u>4.991.315</u>	<u>6.463.941</u>	<u>5.037.405</u>
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(4.983.339)	(3.977.946)	(4.987.653)	(3.993.887)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(692.056)	(547.675)	(576.602)	(458.297)
Provisão para perda na realização de ativos		<u>2.176</u>	<u>8.147</u>	<u>3.880</u>	<u>6.445</u>
Valor adicionado bruto		<u>754.274</u>	<u>473.841</u>	<u>903.566</u>	<u>591.666</u>
Retenção					
Depreciação e amortização	11, 12 e 13	(48.395)	(45.733)	(63.416)	(58.494)
Valor adicionado líquido produzido pela sociedade		<u>705.879</u>	<u>428.108</u>	<u>840.150</u>	<u>533.172</u>
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	10	29.979	14.681	-	-
Perda decorrente da variação do percentual de participação		(17.854)	(5.371)	(17.854)	(5.266)
Receitas financeiras	26	34.038	70.191	34.812	71.786
Aluguéis		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>752.042</u></u>	<u><u>507.609</u></u>	<u><u>857.108</u></u>	<u><u>599.692</u></u>
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos:					
Salários e encargos		230.981	203.425	280.003	253.526
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	9.c	7.242	7.176	7.242	7.176
Participação dos empregados nos lucros					
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais					
		78.744	15.245	115.370	40.566
Estaduais					
		163.022	123.011	176.654	134.059
Municipais					
		2.117	2.046	4.044	3.767
Financiadores:					
Juros e variações cambiais					
	26	26.762	30.631	29.380	32.639
Aluguéis					
		9.792	5.432	11.027	7.308
Juros sobre o capital próprio e dividendos					
	20	22.500	4.000	23.438	9.682
Lucros retidos					
		<u>210.882</u>	<u>116.643</u>	<u>209.950</u>	<u>110.969</u>
Valor adicionado distribuído		<u><u>752.042</u></u>	<u><u>507.609</u></u>	<u><u>857.108</u></u>	<u><u>599.692</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida José Andraus Gassani, 5.400, na cidade de Uberlândia - MG, sendo controlada pela Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), que, por sua vez, é controlada pela Almar Participações Ltda., sendo todas as empresas constituídas na forma de companhia de capital fechado. A Sociedade atua no atacado e varejo, comercializando e distribuindo bens de consumo duráveis e não duráveis, incluindo produtos farmacêuticos e assemelhados, bem como prestando serviços de transporte de carga, descarga, paletização, armazenagem, concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista.

a. Relação de Sociedades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 4 (a).

Segue abaixo lista das controladas relevantes da Sociedade:

	Participação - %	
	2020	2019
Martins Integração Logística Ltda. (“MIL”)	99,95	99,95
Martins URN-MG Distribuição Ltda. (“SLIM-MG”)	99,99	99,99
Martins URN-GO Distribuição Ltda. (“SLIM-GO”)	99,99	99,99
Martins SP Distribuição Ltda. (“SLIM-SP”)	99,99	99,99
Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. (“SLIM-NE”)	99,99	99,99
Martins Veículos Uberlândia Ltda. (“Martins Veículos”)	99,99	99,99
MD Distribuição e Serviços Ltda. (“MD”)	99,99	99,99
Martins Caminhões Ltda.	94,23	94,23
CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição LTDA.	99,95	99,95
Rede Smart Nacional Serviços de Varejo Ltda.	99,99	99,99

2 Base de preparação

b. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive instrução CVM nº 476 que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2021.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Sociedade estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada para mensurar os itens da Sociedade e de suas controladas nas demonstrações financeiras é o Real (R\$), representando o ambiente econômico no qual a Sociedade atua. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das práticas contábeis pela Sociedade e suas controladas, a Administração deve elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4(a)** - Consolidação - Determinação se a Sociedade detém de fato controle sobre uma investida.
- **Nota explicativa 4(l)** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Sociedade tem influência significativa sobre uma investida;
- **Nota explicativa 4(m)** - classificação de arrendamento mercantil.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - Contas a receber - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 7** - Estoques - Reconhecimento e mensuração de perdas na realização dos estoques;
- **Nota explicativa 8** - Impostos a recuperar - Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS;
- **Nota Explicativa 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- **Nota explicativa 19** - Provisões - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Sociedade e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria, quando houver.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e semelhantes.
- **Nível 2:** *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas na Nota explicativa 21 - instrumentos financeiros.

e. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

a. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

4 Principais práticas contábeis

A Sociedade aplicou as políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, como resultado de uma mudança na política contábil (Veja nota explicativa 3).

a. Bases de consolidação

Definição de controladas para fins de consolidação

Controladas são todas as Sociedades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Sociedade e nas quais normalmente há uma participação societária de mais da metade. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao ser avaliado se a Sociedade controla ou não outra Sociedade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Critérios de consolidação e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas diretas.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas. Nas empresas controladas pela Sociedade foram destacadas as participações dos não controladores.

b. Receita de contrato com o cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Sociedade relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 23.

c. Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado a título de variação cambial.

d. Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

O IRPJ e a CSLL da Sociedade e de suas controladas são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real e lucro presumido, como aplicável a cada empresa, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de IRPJ e CSLL correntes é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e prejuízos fiscais não utilizados, determinados usando as alíquotas vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos IRPJ e CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais.

e. Estoques

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição, reduzido de créditos recebidos de fornecedor, e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado ou realização, quando este for inferior. Também são constituídas provisões para perdas de itens sem movimentação, excessivos ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração.

f. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Edificações - 25 anos
- Benfeitorias em propriedades de terceiros - 3 a 10 anos

- Máquinas e equipamentos - 2 a 12 anos
- Equipamentos de informática - 2 a 7 anos
- Veículos de apoio e transporte- 3 a 10 anos

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que não se enquadram na definição de ativo qualificável, conforme descrito no item 5 do pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas por sua vida útil estimada ou pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, dos dois o menor.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

g. Intangível

Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração.

g.1 Programas de computador (softwares)

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 13, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica, é provável a geração de benefícios econômicos futuros superiores ao respectivo custo. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício, quando incorridas.

g.2 Outros ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados utilizando o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº13.

h. Instrumentos financeiros

h.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

h.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão

antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

h.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Sociedade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial,

mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

h.4 ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i.1 ***Ativos financeiros não-derivativos***

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando o conjunto de variáveis de risco do sacado apresentar consistência comportamental.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Sociedade em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

i.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não as propriedades para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

j. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços e possuem vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização.

k. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, deduzidas da provisão ao valor recuperável, conforme política descrita na nota explicativa 4.i.1.

A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de vendas a prazo, as quais foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 1,9% a.a. em dezembro de 2020, base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "Contas a receber" (nota 6) e sua contrapartida na rubrica "Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços" (nota 23) pela fruição do prazo.

As contas a receber são baixadas pelo recebimento integral de seus clientes.

l. Investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos são registrados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas são eliminados à medida da participação da Sociedade; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda

permanente (“*impairment*”) do ativo transferido.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são uniformes às adotadas pela Sociedade.

m. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Sociedade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Como arrendatário

A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos operacionais das instalações dos armazéns e veículos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, deduzido dos créditos tributários do Pis e Cofins, recuperados sobre os pagamentos mensais dos arrendamentos e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

A Sociedade não possui componente do custo com valores de pagamentos de arrendamento variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Sociedade possui contratos relevantes junto à Controlada Martins Participações Ltda (parte relacionada), com prazos de vencimentos anuais e que podem ser renovados anualmente.. Considerando que tanto a Sociedade quanto a parte relacionada não têm intenção de cancelar o contrato no curto prazo, a Administração, com base no planejamento estratégico que abrange um período de 5 (cinco) anos, estimou um prazo de vigência destes contratos por igual período, para efeito de cálculo do valor presente e depreciação do direito de uso.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Sociedade não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Sociedade e suas Controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Como arrendador

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade não possuía ativos arrendados.

n. Provisões

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

o. Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

p. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

A Administração da Sociedade passou a registrar em suas demonstrações financeiras o ajuste a valor presente nas operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 1,90% a.a. em dezembro de 2020, base das captações para as respectivas datas-bases. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas

rubricas "Fornecedores" (nota 14), "Estoques" (nota 7) e "Custo das mercadorias vendidas" (nota 24), pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

q. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos, sobre os quais são imputados os juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Sociedade que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio" por ser considerada como uma obrigação estatutária da Sociedade.

r. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	1.551	277	2.207	801
Aplicações financeiras (*)	240.742	140.235	281.805	158.062
Total	242.293	140.512	284.012	158.863

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB's junto a bancos parceiros de primeira linha, inclusive com o Banco Triângulo (parte relacionada) remunerados às taxas que variam entre 100% a 108% (100% a 106% em 31 de dezembro de 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e Operações Compromissadas com liquidez diária e isentas de IOF junto a bancos de primeira linha remuneradas às taxas que variam entre 70% a 88% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (86% a 98,5% em 31 de dezembro de 2019). São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber de clientes	557.998	443.158	562.703	451.091
Partes relacionadas (nota explicativa 9.a)	1.336	1.529	482	778
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (c)	<u>(3.285)</u>	<u>(1.257)</u>	<u>(3.340)</u>	<u>(1.898)</u>
Total	<u><u>556.049</u></u>	<u><u>443.430</u></u>	<u><u>559.845</u></u>	<u><u>449.971</u></u>

a. Os saldos a receber por idade de vencimento, dos títulos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão distribuídos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer	543.471	423.014	547.322	430.196
Vencidos:				
Até 30 dias	12.889	16.004	12.889	16.004
Até 60 dias	842	1.561	842	1.561
Até 90 dias	627	1.005	627	1.005
Até 180 dias	1.077	2.794	1.077	2.794
Acima de 180 dias	<u>428</u>	<u>309</u>	<u>428</u>	<u>309</u>
Total	<u><u>559.334</u></u>	<u><u>444.687</u></u>	<u><u>563.185</u></u>	<u><u>451.869</u></u>

b. Perdas estimadas para redução ao valor recuperável do contas a receber

A exposição da Sociedade a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber', está divulgada na nota explicativa 21.

Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por risco de crédito:

	Controladora				Consolidado			
	2020	2019		2020	2019		2020	2019
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Provisão de perda estimada
Altíssimo	2,33%	50.701	(1.181)	(263)	2,33%	50.701	(1.181)	(263)
Alto	1,43%	18.736	(268)	(211)	1,43%	18.736	(268)	(211)
Médio	0,76%	40.285	(305)	(135)	0,76%	40.285	(305)	(135)
Baixo	0,35%	159.174	(558)	(88)	0,35%	159.174	(558)	(88)
Baixíssimo	0,38%	172.501	(648)	(115)	0,38%	172.501	(648)	(115)
Sem classificação	23,44%	192	(45)	(16)	23,44%	192	(45)	(16)
Clientes de serviços	16,27%	1.721	(280)	(429)	6,01%	5.572	(335)	(1.070)
Seguro de crédito (i)	16,27%	38.271	-	-	0,00%	38.271	-	-
Cartão de crédito (ii)	0,00%	77.753	-	-	0,00%	77.753	-	-
Total		<u><u>559.334</u></u>	<u><u>(3.285)</u></u>	<u><u>(1.257)</u></u>		<u><u>563.185</u></u>	<u><u>(3.340)</u></u>	<u><u>(1.898)</u></u>

(i) Refere-se à carteira com seguro de crédito. A Sociedade detém apólice de seguro com análise e monitoramento de limites de crédito para o perfil das maiores exposições (grandes clientes).

(ii) Referem-se a vendas por cartão de crédito e *marketplace*, cujo risco não é da Sociedade.

Exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes para clientes individuais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por faixa de vencimento:

	Controladora					
	2020			2019		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	0,04%	543.471	(243)	0,09%	418.111	(363)
Vencido até 30 dias	0,53%	12.889	(68)	0,44%	20.937	(93)
Vencido até 60 dias	100%	842	(842)	13,32%	1.547	(206)
Vencido até 90 dias	100%	627	(627)	5,54%	993	(55)
Vencido até 180 dias (*)	100%	1.077	(1.077)	8,77%	2.805	(246)
Vencido acima de 180 dias (*)	100%	428	(428)	100%	294	(294)
Total		<u>559.334</u>	<u>(3.285)</u>		<u>444.687</u>	<u>(1.257)</u>
	Consolidado					
	2020			2019		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	0,05%	547.322	(298)	0,24%	425.293	(1.004)
Vencido até 30 dias	0,53%	12.889	(68)	0,44%	20.937	(93)
Vencido até 60 dias	100,00%	842	(842)	13,32%	1.547	(206)
Vencido até 90 dias	100,00%	627	(627)	5,54%	993	(55)
Vencido até 180 dias (*)	100,00%	1.077	(1.077)	8,77%	2.805	(246)
Vencido acima de 180 dias (*)	100,00%	428	(428)	100,00%	294	(294)
Total		<u>563.185</u>	<u>(3.340)</u>	-	<u>451.869</u>	<u>(1.898)</u>

(*) A Sociedade estima a provisão para perdas com base no saldo total da carteira (vencida e a vencer, independente do *aging*) por faixa ou *cluster* de risco dos clientes que geraram esta carteira. Para cada faixa de risco adota-se uma taxa de propensão a perda com base no modelo de crédito adotado pela Sociedade. O Contas a receber da Sociedade tem a característica de elevada diversificação de devedores, baixa concentração e prazo médio de recebimento em torno de 36 dias. Além disso, é considerada a taxa de recuperação de créditos vencidos para cada faixa de risco. A Sociedade constituiu provisão para 100% da carteira vencida a partir de 30 dias, mesmo entendendo que possui uma taxa de recuperabilidade importante para este perfil de atraso.

Para mais informações sobre a política de risco de crédito veja nota explicativa nº 21.

7 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercadorias para revenda	838.502	679.906	838.502	680.359
Mercadorias em trânsito	5.372	5.750	5.372	5.750
Almoxarifado	503	511	859	677
Bonificação de fornecedores de mercadorias em estoque	(3.600)	(3.480)	(3.600)	(3.480)
Ajuste a valor de mercado e perdas na realização (*)	(1.808)	(2.887)	(1.808)	(2.887)
Total	<u>838.969</u>	<u>679.800</u>	<u>839.325</u>	<u>680.419</u>

(*) O valor dos ajustes refere-se a prováveis perdas com desvalorização dos estoques e giro lento:

- a. Giro dos estoques:** Para os itens sem giro acima de 90 dias, a Sociedade estima o valor da provisão para perdas nos estoques com base no custo médio de aquisição e considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas no curso de suas operações.
- b. Desvalorização dos estoques:** Mensurada pela Administração da Sociedade basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de obsolescência. A Sociedade estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados ao custo registrado.

A movimentação dessas perdas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldos no início do exercício	(2.887)	(4.690)	(2.887)	(4.690)
Adições	(2.453)	(3.054)	(2.453)	(3.054)
Baixas	3.532	4.857	3.532	4.857
Saldos no fim do exercício	<u>(1.808)</u>	<u>(2.887)</u>	<u>(1.808)</u>	<u>(2.887)</u>

8 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante:				
ICMS (a)	28.158	28.524	28.173	28.589
ICMS-ST	-	1.144	-	1.144
PIS e COFINS a recuperar (b)	58.299	69.244	60.449	74.402
IRPJ e CSLL antecipados	8.659	3.550	8.716	4.503
IRPJ e CSLL anos anteriores	6.056	2.305	6.690	2.911
INSS a compensar (c)	14.560	-	14.667	-
Outros	934	450	934	450
Total	<u>116.666</u>	<u>105.217</u>	<u>119.629</u>	<u>111.999</u>

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Não circulante:				
ICMS (a)	89.672	84.850	89.672	84.850
PIS e COFINS a recuperar (b)	9.103	30.663	9.103	30.663
Provisão para perdas líquidas no valor recuperável em créditos de ICMS (a)	(8.787)	(8.787)	(8.787)	(8.787)
Total	89.988	106.726	89.988	106.726

(a) **O crédito de ICMS a recuperar foi acumulado devido aos seguintes fatores:**

Filial Uberlândia - MG

Diferença de alíquota do ICMS na entrada e na saída de mercadorias nos estabelecimentos da Sociedade, uma vez que os créditos sobre compras e transferências de mercadorias são recuperados à alíquota média de 11%, porém a alíquota média de saída para as filiais localizadas nas regiões sudeste, sul, centro-oeste e norte é de 9%.

Em 14 de dezembro de 2016, a Sociedade foi comunicada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais que a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 12% para 15% a partir de janeiro de 2017.

Em abril de 2017, a Sociedade iniciou suas operações no novo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, para atender as regiões centro-oeste, norte e parte do sudeste. Com esta nova descentralização das operações, a Administração e seus consultores legais, esperava que o saldo credor de ICMS pudesse ser realizado, no entanto, em razão de políticas comerciais de alguns fornecedores, parte do abastecimento da Unidade de Hidrolândia continua sendo realizada por meio de transferência da Unidade de Uberlândia.

Com isso, o saldo credor de ICMS voltou a aumentar, a Administração da Sociedade, no dia 16 de novembro de 2018, protocolou um pedido de solicitação de alteração do Regime Especial de ICMS/ST no Estado de Minas Gerais, no qual a alíquota de ICMS nas saídas com operações próprias dentro do Estado passaria de 4% para 18% e 25% e de 15% para 18% e 25%.

Em março de 2019 a Superintendência de Tributação da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais deferiu o pedido de alteração do Regime Especial, com esta alteração houve um aumento no consumo de ICMS dentro do Estado, no entanto, não foi suficiente para realização do saldo credor do imposto, em razão da queda nas vendas e o aumento das operações para as regiões centro-oeste e norte.

A Administração da Sociedade retomou as negociações com fornecedores, com o objetivo de centralizar as compras para atender as regiões centro-oeste, norte e parte da região sudeste pelo Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás e reduziu as transferências da Unidade de Uberlândia. Outra medida que está sendo implementada pela Administração é a redução das transferências para filiais de faturamento, passando a faturar diretamente para os clientes, aumentando a base de cálculo do imposto.

No primeiro trimestre de 2020, com a evolução da COVID-19, a Administração não tinha previsibilidade dos seus impactos nas operações da Sociedade. No entanto, a medida em que a Sociedade foi ajustando suas políticas visando mitigar os impactos sobre suas atividades, o Congresso Nacional aprovou o auxílio emergencial, proposto pelo Executivo. Em razão da Sociedade manter ótimos níveis de estoques e operar em todo o território nacional as vendas

cresceram 28% em relação ao ano anterior, veja nota explicativa nº 23.

Com incremento nas vendas, o Centro de Distribuição localizado na cidade de Hidrolândia no Estado de Goiás, não teve capacidade de armazenagem para atender as regiões centro-oeste, norte e parte da região sudeste conforme planejado pela Administração da Sociedade para o ano de 2020. O aumento na demanda passou a ser atendido pelo Centro de Distribuição de Uberlândia/MG, gerando um aumento no saldo credor de ICMS na ordem de R\$ 22.000, acima do estimado pela Administração da Sociedade.

A Administração da Sociedade e seus consultores legais, estão implementando as políticas anteriormente planejadas e concluiu que com estas novas medidas, o saldo credor de ICMS nas operações próprias será recuperado conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado
2021	15.682
2022	16.791
2023	17.978
2024	25.712
Total	<u>76.163</u>

Filial Brasília - DF

No Distrito Federal, o ICMS era recolhido de acordo com as condições destacadas na nota explicativa 16, a partir de 1º de janeiro de 2014, com as alterações ocorridas na legislação a Sociedade foi obrigada a comprovar o recolhimento integral do imposto, para depois obter o financiamento. O recolhimento desta diferença foi registrada até o mês de novembro de 2014, como impostos a recuperar, no montante de R\$19.249. Este crédito será liquidado com o saldo de ICMS a pagar no montante de R\$14.007, por ocasião da liquidação do empréstimo com o Banco BRB na ordem de R\$6.014, para o qual existe um depósito em caução de R\$1.304. A administração da Sociedade e seus consultores legais estão avaliando a possibilidade de liquidação deste empréstimo durante o exercício de 2021.

Provisão para perdas líquidas com créditos de ICMS

Considerando que a Sociedade não tem expectativa de recebimento nem de compensação de parte dos créditos no curto e médio prazos de suas filiais localizadas no Nordeste e Distrito Federal, a Administração vem constituindo provisão para perda para fazer face à não realização desses créditos. O saldo dessa provisão em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 8.787 na controladora e no consolidado, a qual corresponde a 10% do montante desses créditos.

Movimentação das perdas líquidas com crédito de ICMS:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Saldos no início do exercício	(8.787)	(11.513)	(8.787)	(11.756)
Perdas líquidas por não realização de créditos revertidas no exercício	-	2.726	-	2.969
Saldos no fim do exercício	<u>(8.787)</u>	<u>(8.787)</u>	<u>(8.787)</u>	<u>(8.787)</u>

(b) **O crédito de PIS e COFINS a recuperar é originado devido aos seguintes fatores:**

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

Em maio de 2019 a Sociedade obteve decisão definitiva favorável transitada em julgado em processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de Segurança foi ajuizado no ano 2008, garantindo o direito do reconhecimento do crédito tributário desde o período prescricional de julho de 2003 até o período de fevereiro de 2017, sendo que após esta data a Sociedade passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

O montante total em discussão para este processo é de R\$ 557.560, sendo R\$ 299.583 de principal e R\$ 257.911 de atualização de juros. No entanto, a Administração da Sociedade com base na opinião dos seus consultores jurídicos, após o trânsito julgado do Mandado de Segurança, ocorrido em maio de 2019, optou pela segregação do processo da seguinte forma:

- Foi solicitada a compensação administrativa do indébito fiscal, apenas dos efeitos do ICMS efetivamente pago e excluindo da base de cálculo das contribuições no montante de R\$ 101.386 na Controladora e R\$103.460 no Consolidado, (sendo R\$ 55.920 original e R\$ 45.465 atualização monetária na Controladora e R\$57.207 original e R\$46.253 atualização monetária no Consolidado) e foi habilitado pela Receita Federal do Brasil, conforme preceitua a Solução Interna de Consulta COSIT nº 13 de 2018; e
- Foi promovido um pedido separado de liquidação de sentença do direito creditório de R\$455.336 do crédito remanescente que considera, para fins de mensuração, a base no valor bruto, sem exclusão de ICMS incidente nas aquisições e que será julgado pela Fazenda Pública para fins de liquidação. A Sociedade, com auxílio de seus assessores jurídicos, classificou o risco de perda do processo como remoto.

Com relação ao pedido separado de liquidação de sentença acima, a Sociedade adotou postura conservadora em virtude do atual cenário das discussões sobre o tema em outras instâncias, e aguarda o trânsito em julgado da liquidação do direito creditório. As principais incertezas e julgamentos relevantes considerados nesse processo, estão relacionados à probabilidade de ganho definitivo do pedido de liquidação de sentença junto à Fazenda Pública, que considerando o julgamento da Administração, ainda não é praticamente certo que o valor será ganho, visto que ainda há discussões judiciais sobre o tema em andamento. A Sociedade considera, portanto, que apenas quando ocorrer o trânsito em julgado do pedido de liquidação de sentença pela Fazenda Pública, o processo será considerado como praticamente certo para fins de contabilização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A compensação dos créditos será objeto de homologação via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil.

Indébito PIS e COFINS ZFM

Em julho de 2020 a Sociedade obteve decisão favorável transitada em julgado referente ao processo no qual discutia o indébito de PIS e COFINS sobre as vendas realizadas pela filial estabelecida na cidade de Manaus no estado do Amazonas, destinadas aos clientes estabelecidos na área da Zona Franca de Manaus (ZFM). A ação foi ajuizada em dezembro de 2019, garantindo o reconhecimento do crédito tributário referente ao período de novembro de 2014 a dezembro de 2018, no montante de R\$ 15.172 (sendo R\$ 11.611 original e R\$ 3.561 de atualização monetária). Após este período, a sociedade já vem reconhecendo em suas apurações, a não incidência de PIS e COFINS nestas operações.

A compensação dos créditos será objeto de homologação via procedimento administrativo perante a Receita Federal do Brasil.

(c) **INSS a Recuperar**

Em 2005 e 2010 a Sociedade ajuizou ação judicial, buscando a concessão de segurança para se abster do pagamento das contribuições previdenciária sobre verbas indenizatórias, auxílio doença e salário maternidade.

Em 2014 a matéria em questão foi levada a julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, em sede de recurso repetitivo e de repercussão geral, proferiram decisões definitivas pela não incidência de contribuição previdenciária sobre essas rubricas, ficando os demais tribunais vinculados à aplicação obrigatória desse posicionamento.

Embora as ações judiciais ajuizadas ainda não tenham transitado em julgado, os consultores legais da Sociedade entendem que as decisões vinculantes proferidas pelos Tribunais Superiores sobre a natureza jurídica e consequente tributação das verbas discutidas tornaram praticamente certa a realização dos benefícios econômicos referentes às contribuições previdenciárias. A Administração da Sociedade com base no parecer de seus consultores legais, registrou o indébito tributário relativo ao período de abril de 2004 a novembro de 2020 pelo montante de R\$ 14.560 (valor original R\$ 9.465, atualização R\$ 5.095).

9 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora da Sociedade é a Almart Administração e Participações S.A. (“Almart”), sendo a controladora final a Almar Participações S.A.

b. Transações e saldos

As transações e os saldos realizados entre a Sociedade e suas partes relacionadas referem-se a empréstimos, operações mercantis, dividendos, serviços, arrendamentos e aplicações financeiras, e ocorrem conforme acordo entre as partes. Os principais valores em 31 de dezembro são resumidos a seguir:

	Controladora										
	2020										
	Almart	Martins Participações	Tribanco	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Outros	Total
Saldos:											
Contas-correntes	-	-	956	-	-	-	-	-	-	-	956
Aplicações financeiras	-	-	80.697	-	-	-	-	-	-	-	80.697
Contas a receber	40	18	336	1	1	256	28	471	96	89	1.336
Arrendamento Mercantil	-	(1.935)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.935)
Contas a pagar	-	-	-	(86)	(1.278)	(8.602)	(379)	-	(852)	-	(11.197)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	5.078	-	4.499	-	9.577
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(58.893)	(4.302)	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.195)
Transações:											
Receitas financeiras	-	-	6.920	-	-	-	-	-	-	-	6.920
Depreciação de direito de uso	-	(20.446)	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.446)
Juros arrendamento mercantil	-	(4.033)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.033)
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	(24.860)	(117.318)	(28.230)	-	(51.960)	-	(222.368)
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(25)	-	-	-	-	-	-	-	(25)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:											
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(54.760)	(2.943)	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.703)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.854)	(17.854)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	6.483	1.344	-	-	229	-	8.056

(*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019*

Controladora														
2019														
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	MD Distribuição	MIL	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	CDM- PE	Rede Smart	Outros	Total
Saldos:														
Contas-correntes	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Aplicações financeiras	-	-	80.099	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.099
Contas a receber	1	-	502	66	13	1	228	45	464	152	1	4	52	1.529
Recursos para Aumento de Capital	-	-	-	-	2.680	-	-	-	-	-	-	-	-	2.680
Arrendamento Mercantil	-	(77.031)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.031)
Contas a pagar	-	-	-	-	-	(1.730)	(4.434)	(960)	(15)	(1.597)	(4)	-	-	(8.740)
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	1.500	1.344	-	-	228	-	-	-	3.072
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.196)	(204)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.400)
Transações:														
Venda de mercadorias	-	-	-	-	525	-	-	-	-	-	-	-	-	525
Receitas financeiras	-	-	3.031	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.031
Depreciação de direito de uso	-	(16.919)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.919)
Juros arrendamento mercantil	-	(3.760)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.760)
Despesas com fretes e serviços logísticos	-	-	-	-	-	(22.673)	(62.856)	(35.103)	(305)	(32.621)	-	-	-	(153.558)
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:														
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(6.080)	(387)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.467)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.266)	(5.266)
Dividendos recebidos(*)	-	-	-	-	-	8.528	-	-	-	-	-	-	-	8.528

(*) A Sociedade considera os dividendos como um retorno sobre os seus investimentos, e desta forma apresenta no Fluxo de Caixa como atividades de investimento

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019*

Consolidado						
2020						
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Outros	Total	
Saldos:						
Contas-correntes	-	-	1.036	-	1.036	
Aplicações financeiras	-	-	102.388	-	102.388	
Contas a receber	40	18	336	88	482	
Arrendamento Mercantil	-	(1.935)	-	-	(1.935)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(58.894)	(4.302)	-	(17.555)	(80.751)	
Transações:						
Receitas financeiras	-	-	7.315	-	7.315	
Depreciação de direito de uso	-	(20.446)	-	-	(20.446)	
Juros arrendamento mercantil	-	(4.033)	-	-	(4.033)	
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(25)	-	(25)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(54.760)	(2.943)	-	(5.310)	(63.013)	
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	(17.854)	(17.854)	
Consolidado						
2019						
	Almart	Martins Participações	Tribanco	Farma Service	Outros	Total
Saldos:						
Contas-correntes	-	-	64	-	-	64
Aplicações financeiras	-	-	97.032	-	-	97.032
Contas a receber	1	-	502	223	52	778
Aluguéis a pagar	-	(77.031)	-	-	-	(77.031)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(3.196)	(204)	-	-	(5.000)	(8.400)
Transações:						
Receitas financeiras	-	-	3.672	-	-	3.672
Depreciação de direito de uso	-	(16.919)	-	-	-	-
Juros arrendamento mercantil	-	(3.760)	-	-	-	-
Despesas com aluguel de imóveis	-	-	(31)	-	-	(31)
Dividendos e juros sobre o capital próprio:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.080)	(387)	-	-	(5.273)	(11.740)
Dividendos desproporcionais a não controladores	-	-	-	-	(5.266)	(5.266)

c. Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Honorários do Conselho de Administração	3.761	3.820	3.761	3.820
Honorários da Diretoria	<u>3.481</u>	<u>3.356</u>	<u>3.481</u>	<u>3.356</u>
Total	<u>7.242</u>	<u>7.176</u>	<u>7.242</u>	<u>7.176</u>

A Sociedade não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Até 31 de dezembro de 2020 não foi registrado nenhum benefício de longo prazo (benefício pós-emprego e rescisão de contrato de trabalho).

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Também é atribuída, aos administradores, participação de até 10% dos lucros do exercício, condicionada ao cumprimento de metas estabelecidas pela Administração da Sociedade.

10 Investimentos

a. Informações e movimentação dos investimentos

Controladas	Controladora										Consolidado	
	MIL	M. Veíc.	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Rede Smart	Total	Total
Participação total no capital social	99,95	99,99	99,95	99,99	99,99	99,99	99,99	94,23	99,99	99,99		
Patrimônio líquido	3.848	5	931	15.375	15.264	478	11.144	80	125	103		
Resultado do exercício	16.094	(11)	(294)	(1.705)	8.651	(76)	7.667	(35)	(304)	(1)		
Movimentação												
Saldo inicial	10.597	15	1.224	17.078	11.688	554	7.977	109	429	0	49.671	-
Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	200	-
Resultado de equivalência patrimonial	16.086	(11)	(294)	(1.705)	8.651	(76)	7.666	(33)	(304)	(1)	29.979	-
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(17.854)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.854)	-
Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96)	(96)	-
Distribuição de lucros	(4.983)	-	-	-	(5.078)	-	(4.500)	-	-	-	(14.561)	-
	<u>3.846</u>	<u>4</u>	<u>930</u>	<u>15.373</u>	<u>15.261</u>	<u>478</u>	<u>11.143</u>	<u>76</u>	<u>125</u>	<u>103</u>	<u>47.339</u>	<u>-</u>
Outros											53	54
Total											<u>47.392</u>	<u>54</u>

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2019*

2019

Controladas	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	Rede Smart	Total
Participação total no capital social	99,95	99,99	99,95	99,99	99,99	99,99	99,99	94,23	99,99	99,99	-
Patrimônio líquido	10.602	16	1.224	17.080	11.691	554	7.977	114	429	(96)	-
Resultado do exercício	17.587	(25)	(264)	5.377	(3.982)	(847)	914	(5)	(3.375)	(793)	-
Movimentação											
Saldo inicial	7.312	10	1.487	13.046	15.669	934	7.291	113	3.804	-	49.666
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	697	697
Aporte de capital	-	10	-	-	-	467	-	-	-	-	477
Integralização de capital com AFAC	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	25
Resultado de equivalência patrimonial	17.579	(21)	(263)	5.376	(3.981)	(847)	914	(4)	(3.375)	(697)	14.681
Ganho(perda) na participação de investimento por alteração de participação societária	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	(96)	(105)
Dividendos desproporcionais pagos a não controladores	(5.266)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.266)
Passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96	96
Distribuição de lucros	(9.028)	-	-	(1.344)	-	-	(228)	-	-	-	(10.600)
	<u>10.597</u>	<u>15</u>	<u>1.224</u>	<u>17.078</u>	<u>11.688</u>	<u>554</u>	<u>7.977</u>	<u>109</u>	<u>429</u>	<u>-</u>	<u>49.671</u>
Outros											<u>54</u>
Total											<u>49.725</u>

b. Outras informações relevantes sobre os investimentos

MIL

A Martins Integração Logística Ltda. foi constituída em 9 de fevereiro de 2007, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias, transporte rodoviário de cargas em geral, a armazenagem e a paletização de cargas.

SLIM-MG

A Martins URN - MG Distribuidora Ltda. foi constituída em 2 de janeiro de 1976, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

SLIM - GO

A Martins URN-GO Distribuição Ltda. foi constituída em 20 de dezembro de 2013, com sede em Aparecida de Goiânia - GO, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

SLIM - Nordeste

A Martins URN-Nordeste Distribuição e Transportes Ltda. foi constituída em 06 de março de 2014, com sede em Jaboatão dos Guararapes - PE, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

SLIM - SP

A Martins SP Distribuição Ltda. foi constituída em 10 de fevereiro de 2014, com sede em Ribeirão Preto - SP, tendo como objeto social o transporte rodoviário de cargas em geral, carga e descarga por manuseio ou não de mercadorias e paletização de cargas.

MD Distribuição

A MD Distribuição e Serviços Ltda. foi constituída em 19 de abril de 2016, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

CMD-PE

A CDM PE Comércio e Serviços de Distribuição Ltda. foi constituída em 03 de janeiro de 2017, com sede em Jaboatão dos Guararapes-PE, tendo como objeto social a comercialização e distribuição de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Rede Smart Nacional

A Rede Smart Nacional Serviços de Varejo Ltda. foi constituída em 11 de janeiro de 2017, com sede em Uberlândia-MG, tendo como objeto social a atividade de consultoria em gestão empresarial as redes de supermercado da rede Smart.

Martins Veículos

A Martins Veículos Uberlândia Ltda. foi constituída em 10 de junho de 2003, com sede em Uberlândia - MG, tendo como objeto social a compra, a venda e o aluguel de veículos e assemelhados, máquinas e equipamentos, novos e usados.

c. Principais informações das controladas

	2020									
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	MD Rede Smart
Ativo circulante	17.600	5	931	14.358	18.858	831	15.239	80	154	432
Ativo não circulante	14.362	-	-	35.007	7.242	327	11.098	-	-	-
Passivos circulante	22.419	-	-	19.534	8.115	546	9.165	-	9	329
Passivos não circulante	5.695	-	-	14.456	2.721	134	6.028	-	20	-
Patrimônio líquido	3.848	5	931	15.375	15.264	478	11.144	80	125	103
Receita líquida	43.983	-	-	105.030	33.098	-	42.497	-	412	-
Lucro (prejuízo) do exercício	16.094	(11)	(294)	(1.705)	8.651	(76)	7.667	(35)	(304)	(1)

	2019									
	MIL	Martins Veículos	CDM-PE	SLIM MG	SLIM GO	SLIM SP	SLIM NE	Martins Caminhões	MD Distribuição	MD Rede Smart
Ativo circulante	12.651	16	1.251	13.281	7.960	371	6.327	114	4.945	266
Ativo não circulante	16.846	-	-	34.725	16.299	1.066	13.102	-	6	-
Passivos circulante	11.565	-	27	14.039	7.557	573	4.742	-	1.824	362
Passivos não circulante	7.330	-	-	16.887	5.011	310	6.710	-	2.698	-
Patrimônio líquido	10.602	16	1.224	17.080	11.691	554	7.977	114	429	(96)
Receita líquida	38.464	-	-	55.662	32.521	244	26.880	-	18.781	476
Lucro (prejuízo) do exercício	17.587	(25)	(264)	5.377	(3.982)	(847)	914	(5)	(3.375)	(793)

11 Direito de uso e arrendamento mercantil

A política contábil está apresentada na nota explicativa nº 4(m).

a. Ativo de direito de uso

Os saldos dos ativos de direito de uso estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	Prazo	2020			2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	1 a 6 anos	22.438	(13.643)	8.795	17.399	(6.397)	11.002
Edificações – Parte relacionada	5 anos	157.754	(37.365)	120.389	90.511	(16.919)	73.592
Veículos	3 a 4 anos	15.048	(7.815)	7.233	16.167	(4.398)	11.769
Total		195.240	(58.823)	136.417	124.077	(27.714)	96.363

	Consolidado						
	Prazo	2020			2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020*

Edificações	1 a 6 anos	29.063	(17.296)	11.767	26.194	(10.038)	16.156
Edificações – Parte relacionada	5 anos	157.754	(37.365)	120.389			
Veículos	3 a 4 anos	15.048	(7.815)	7.233	90.511	(16.919)	73.592
					16.167	(4.398)	11.769
Total		201.865	(62.476)	139.389	132.872	(31.355)	101.517

A movimentação do direito de uso durante o ano de 2020 foi a seguinte:

	Edificações	Controladora Edificações – Parte relacionada	Veículos	Total
Em 1 de janeiro de 2019	13.298	64.383	2.615	80.296
Despesa de depreciação do exercício	(6.397)	(16.919)	(4.398)	(27.714)
Adição de novos contratos	502	-	-	502
Remensuração	3.599	26.128	13.552	43.279
Em 31 de dezembro de 2019	11.002	73.592	11.769	96.363
Despesa de depreciação do exercício	(7.530)	(20.446)	(3.416)	(31.392)
Adição de novos contratos	351	-	-	351
Remensuração	4.991	67.243	259	72.493
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(19)	-	(1.379)	(1.398)
Em 31 de dezembro de 2020	8.795	120.389	7.233	136.417

	Edificações	Consolidado Edificações – Parte relacionada	Veículos	Total
Em 1 de janeiro de 2019	19.667	64.383	2.615	86.665
Despesa de depreciação do exercício	(10.038)	(16.919)	(4.398)	(31.355)
Adição de novos contratos	630	-	-	630
Remensuração	5.897	26.128	13.552	45.577
Em 31 de dezembro de 2019	16.156	73.592	11.769	101.517
Despesa de depreciação do exercício	(10.668)	(20.446)	(3.416)	(34.530)
Adição de novos contratos	3.085	-	-	3.085
Remensuração	6.048	67.243	259	73.550
Desreconhecimento de ativos de direito de uso	(2.854)	-	(1.379)	(4.233)
Em 31 de dezembro de 2020	11.767	120.389	7.233	139.389

b. Passivo de arrendamento mercantil

Saldos de passivos de arrendamento mercantil estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Arrendamentos a pagar	15.550	23.055	18.657	28.439
Arrendamentos a pagar partes relacionadas	125.180	77.031	125.180	77.031

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020*

Saldo final	<u>140.730</u>	<u>100.086</u>	<u>143.837</u>	<u>105.470</u>
Circulante	30.526	29.089	31.915	32.181
Não circulante	<u>110.204</u>	<u>70.997</u>	<u>111.922</u>	<u>73.289</u>
Saldo final	<u>140.730</u>	<u>100.086</u>	<u>143.837</u>	<u>105.470</u>

A movimentação do passivo de arrendamento durante o ano de 2020 foi a seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2019	100.086	105.470
Remensuração de contratos	71.097	69.317
Adição de novos contratos	351	3.085
Pagamento de principal	(31.099)	(34.331)
Pagamento de juros	(4.141)	(4.226)
Juros provisionados	4.437	4.522
Em 31 de dezembro de 2020	<u>140.730</u>	<u>143.837</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 de janeiro de 2019	80.296	86.665
Remensuração de contratos	43.279	45.577
Adição de novos contratos	502	630
Pagamento de principal	(24.326)	(27.738)
Pagamento de juros	(4.351)	(4.673)
Juros provisionados	4.686	5.009
Em 31 de dezembro de 2019	<u>100.086</u>	<u>105.470</u>

Cronograma de liquidação da obrigação para o passivo de arrendamento:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	30.526	31.915
2022	28.122	29.088
2023	31.388	32.008
2024	25.192	25.761
Acima de 2025	<u>25.502</u>	<u>25.065</u>
Total	<u>140.730</u>	<u>143.837</u>

12 Imobilizado

Controladora							
2020							
	Taxa (i) - %	2020			2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	4,00	9.602	(7.345)	2.257	9.588	(7.038)	2.550
Benfeitorias em propriedade de terceiros	18,04	8.994	(6.436)	2.558	7.695	(5.680)	2.015
Máquinas e equipamentos	11,18	76.609	(50.788)	25.821	68.931	(47.583)	21.348
Equipamentos de informática	13,97	50.385	(36.309)	14.076	38.774	(32.665)	6.109
Veículos de transporte e apoio	13,02	29.366	(27.893)	1.473	29.117	(28.054)	1.063
Móveis e utensílios	14,96	5.337	(4.659)	678	5.524	(4.650)	874
Outros	14,43	27.169	(20.523)	6.646	23.473	(18.904)	4.569
Imobilizado em andamento (ii)	-	196	-	196	73	-	73
Total		207.786	(153.953)	53.833	183.303	(144.574)	38.729

Consolidado							
2020							
	Taxa (i) - %	2020			2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	128	-	128	128	-	128
Edificações	4,00	9.602	(7.345)	2.257	9.588	(7.038)	2.550
Benfeitorias em propriedade de terceiros	18,04	9.735	(6.709)	3.026	8.140	(5.796)	2.344
Máquinas e equipamentos	11,18	77.294	(51.271)	26.023	69.576	(48.049)	21.527
Equipamentos de informática	13,97	50.426	(36.342)	14.084	38.826	(32.709)	6.117
Veículos de transporte e apoio	13,02	127.425	(62.560)	64.865	133.038	(56.628)	76.410
Móveis e utensílios	14,96	5.407	(4.715)	692	5.592	(4.699)	893
Outros	14,43	27.317	(20.550)	6.767	23.571	(18.911)	4.660
Imobilizado em andamento (ii)	-	335	-	335	128	-	128
Total		307.669	(189.492)	118.177	288.587	(173.830)	114.757

(i) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(ii) Referem-se a gastos com construção de edificações, benfeitorias em propriedade de terceiros e contrato de arrendamento mercantil ainda não finalizados.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/19	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/20
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.550	14	-	(307)	-	2.257
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.015	1.324	-	(781)	-	2.558
Máquinas e equipamentos	21.348	7.397	(272)	(5.154)	2.502	25.821
Equipamentos de informática	6.109	12.448	(24)	(4.461)	4	14.076
Veículos de transporte e apoio(i)	1.063	1.102	(355)	(337)	-	1.473
Móveis e utensílios	874	125	(9)	(312)	-	678
Outros	4.569	3.288	-	(1.211)	-	6.646
Imobilizado em andamento	73	2.629	-	-	(2.506)	196
Total	38.729	28.327	(660)	(12.563)	-	53.833

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020*

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/18	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/19
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.844	13	-	(307)	-	2.550
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.050	604	-	(639)	-	2.015
Máquinas e equipamentos	17.828	8.236	(219)	(4.688)	191	21.348
Equipamentos de informática	4.297	6.095	(24)	(4.259)	-	6.109
Veículos de transporte e apoio	1.524	167	(167)	(461)	-	1.063
Móveis e utensílios	1.017	145	(3)	(299)	14	874
Outros	3.007	2.459	-	(897)	-	4.569
Imobilizado em andamento	183	95	-	-	(205)	73
Total	32.878	17.814	(413)	(11.550)	-	38.729

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/19	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/20
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.550	14	-	(307)	-	2.257
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.344	1.630	(5)	(943)	-	3.026
Máquinas e equipamentos	21.527	7.500	(341)	(5.197)	2.534	26.023
Equipamentos de informática	6.117	12.528	(103)	(4.462)	4	14.084
Veículos de transporte e apoio (i)	76.410	6.486	(6.195)	(11.986)	150	64.865
Móveis e utensílios	893	128	(9)	(320)	-	692
Outros	4.660	3.338	-	(1.231)	-	6.767
Imobilizado em andamento	128	2.895	-	-	(2.688)	335
Total	114.757	34.519	(6.653)	(24.446)	-	118.177

(i) As baixas referem-se ao custo de alienação de parte da frota de veículos de distribuição, a qual é renovada em média a cada 3 anos.

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/18	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo líquido em 31/12/19
Terrenos	128	-	-	-	-	128
Edificações	2.844	24	(11)	(307)	-	2.550
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2.741	995	(594)	(798)	-	2.344
Máquinas e equipamentos	22.407	8.290	(4.150)	(5.211)	191	21.527
Equipamentos de informática	4.659	6.133	(313)	(4.362)	-	6.117
Veículos de transporte e apoio	40.407	45.008	(433)	(8.658)	86	76.410
Móveis e utensílios	1.067	150	(27)	(311)	14	893
Outros	3.010	2.552	-	(902)	-	4.660
Imobilizado em andamento	183	236	-	-	(291)	128
Total	77.446	63.388	(5.528)	(20.549)	-	114.757

a. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

b. Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos,

os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os testes não identificaram nenhuma provisão a ser reconhecida.

c. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes líquidos de depreciação, demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imóveis	1	1
Veículos	<u>5</u>	<u>34</u>
Total	<u><u>6</u></u>	<u><u>35</u></u>

13 Intangível

		Controladora					
		2020			2019		
		Taxa (i) - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada
Sistema de processamento de dados	16,35	74.992	(58.785)	16.207	66.606	(54.615)	11.991
Marcas e patentes	9,61	990	(598)	392	938	(536)	402
Intangível em andamento (ii)	-	<u>2.534</u>	<u>-</u>	<u>2.534</u>	<u>1.725</u>	<u>-</u>	<u>1.725</u>
Total		<u><u>78.516</u></u>	<u><u>(59.383)</u></u>	<u><u>19.133</u></u>	<u><u>69.269</u></u>	<u><u>(55.151)</u></u>	<u><u>14.118</u></u>

		Consolidado					
		2020			2019		
		Taxa (i) - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada
Sistema de processamento de dados	16,35	75.004	(58.798)	16.206	66.618	(54.627)	11.991
Marcas e patentes	9,61	990	(598)	392	938	(536)	402
Intangível em andamento (ii)	-	<u>2.534</u>	<u>-</u>	<u>2.534</u>	<u>1.725</u>	<u>-</u>	<u>1.725</u>
Total		<u><u>78.528</u></u>	<u><u>(59.396)</u></u>	<u><u>19.132</u></u>	<u><u>69.281</u></u>	<u><u>(55.163)</u></u>	<u><u>14.118</u></u>

- (i) Taxa média ponderada anual de amortização.
- (ii) Refere-se a gastos com desenvolvimento de novos aplicativos.

A movimentação dos saldos de ativos intangíveis é como segue:

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020*

Controladora						
	Saldo líquido em 31/12/19	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/20
Sistema de processamento de dados	11.991	7.011	-	(4.375)	1.580	16.207
Marcas e patentes	402	16	(6)	(65)	45	392
Intangível em andamento	1.725	2.529	(95)	-	(1.625)	2.534
Total	14.118	9.556	(101)	(4.440)	-	19.133

Controladora							
	Saldo líquido em 31/12/18	Reversão	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/19
Sistema de processamento de dados	15.410	1.338	4.241	(4.634)	(6.407)	2.043	11.991
Marcas e patentes	407	-	49	(9)	(62)	17	402
Intangível em andamento	1.386	2.270	2.407	(2.278)	-	(2.060)	1.725
Total	17.203	3.608	6.697	(6.921)	(6.469)	-	14.118

Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/19	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/20
Sistema de processamento de dados	11.991	7.010	-	(4.375)	1.580	16.206
Marcas e patentes	402	18	(8)	(65)	45	392
Intangível em andamento	1.725	2.529	(95)	-	(1.625)	2.534
Total	14.118	9.557	(103)	(4.440)	-	19.132

Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/18	Reversão	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo líquido em 31/12/19
Sistema de processamento de dados	15.872	1.338	4.241	(4.975)	(6.528)	2.043	11.991
Marcas e patentes	407	-	49	(9)	(62)	17	402
Intangível em andamento	1.389	2.270	2.407	(2.281)	-	(2.060)	1.725
Total	17.668	3.608	6.697	(7.265)	(6.590)	-	14.118

A Sociedade esclarece que todos os seus ativos intangíveis são adquiridos de terceiros e que não possui nenhum ativo intangível gerado internamente.

Com relação ao teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment test", ver nota explicativa nº 4.i.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores de mercadorias	961.132	787.951	961.132	787.954

Fornecedores de serviços e consumo	9.948	8.143	10.973	9.129
Fornecedores de serviços partes relacionadas (nota explicativa 9.b)	<u>11.197</u>	<u>8.740</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>982.277</u>	<u>804.834</u>	<u>972.105</u>	<u>797.083</u>

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo de amortização, e de debêntures não conversíveis em ações. Para mais informações sobre a exposição da Sociedade a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez desses empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa 21.

	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Arrendamento mercantil (a):						
Banco Santander S.A	100% do CDI + 1,75% a.a.	30/09/24	1.297	1.559	16.735	20.085
Linhas de crédito (b)						
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,19% a.a.	15/12/26	-	-	1.943	2.263
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,42% a.a.	17/11/25	-	-	5.221	6.270
FNE Banco do Nordeste S.A	IPCA + 2,39% a.a.	16/06/25	-	-	6.993	8.529
FCO Banco do Brasil S.A	IPCA + 1,57% a.a.	01/12/25	-	-	1.806	1.789
Banco Santander S/A - conta garantida	100% do CDI + 2,43 a.a.	26/02/20	-	-	-	1.345
Banco Regional de Brasília (c)	2,43% a.a.	10/04/38	6.014	5.939	6.014	5.939
Debêntures (d)	109,32% do CDI	04/10/23	<u>200.260</u>	<u>201.553</u>	<u>200.260</u>	<u>201.553</u>
Total			<u>207.571</u>	<u>209.051</u>	<u>238.972</u>	<u>247.773</u>
Passivo circulante			67.707	2.581	74.721	10.515
Passivo não circulante			<u>139.864</u>	<u>206.470</u>	<u>164.251</u>	<u>237.258</u>
Total			<u>207.571</u>	<u>209.051</u>	<u>238.972</u>	<u>247.773</u>

- (a) Contratos de arrendamento mercantil, com prazos de pagamento entre 36 e 60 meses, firmados para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros ativos imobilizados, devendo os bens ser adquiridos ao final dos contratos pelos seus valores residuais. Esses contratos têm como garantia a alienação fiduciária dos respectivos bens a que estão atrelados.
- (b) Contratos de financiamentos firmados para aquisição de veículos, com prazos entre 5 e 6 anos, através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste, tendo como garantia fianças bancárias nos valores dos contratos, e FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste, junto ao Banco do Brasil, tendo como garantia os respectivos bens objeto do contrato.
- (c) Banco Regional de Brasília - contrato firmado conforme as disposições do capítulo III da Lei nº 3.196, de 20 de setembro de 2003, que institui e regula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal - Pró-DF II, alterada pelas Leis nº 3.273, de 31 de dezembro de 2003, e nº 3.587, de 12 de abril de 2005, complementada pela Lei nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, e em conformidade também com as disposições dos Decretos nº 24.430, de 2 de março de 2004, e nº 28.852, de 12 de março de 2008. Foi efetuada aplicação financeira no Banco de Brasília no montante de R\$ 1.304 (R\$ 647 em 31 de dezembro de 2019), que é objeto de garantia do financiamento do FUNDEF, a qual será resgatada na quitação do mesmo. As características do benefício e as condições de utilização estão destacadas na nota explicativa nº 16.a).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros em suas demonstrações financeiras. As demais cláusulas restritivas não financeiras estão sendo cumpridas em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

- (d) Debêntures
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2018, os acionistas da Sociedade autorizaram a Administração a promover a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Sociedade. A garantia real foi devidamente constituída, mediante o registro do contrato de cessão fiduciária dos recebíveis da Sociedade até o limite do saldo devedor das debêntures.

No dia 04 de outubro de 2018, foram emitidas o total de 20.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$ 10.000, com subscrição integral no valor total de R\$ 200.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencimento em 04 de outubro de 2023.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão e serão devidas sempre no dia 04 dos meses de abril e outubro de cada ano.

A amortização do principal, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado ou resgate antecipado facultativo, nos termos previsto na escritura, são apresentados a seguir:

Parcelas	Data amortização das debêntures	Percentual amortizado do valor nominal unitário	Valor das parcelas
1ª	04/10/2021	33,33%	66.667
2ª	04/10/2022	33,33%	66.666
3ª	04/10/2023	33,34%	66.667
			200.000

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor unitário das debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 109,32% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos.

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas (“covenants”), contemplando cláusulas financeiras e não financeiras.

As cláusulas financeiras requerem da Sociedade a manutenção determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, sendo “Índices Financeiros” entendidos como Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5.

A definição de “Dívida Líquida” e “EBITDA, são as seguintes:

- Dívida líquida - soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional, registrados no passivo circulante e não circulante, diminuído pelo caixa e equivalentes de caixa, e
- EBITDA - lucro ou prejuízo líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, acrescido de despesas de depreciação e amortização, e o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas de covenants financeiros e não financeiros.

Os recursos obtidos por meio desta Emissão, serão destinados a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, alongamento e substituição de dívidas com tal finalidade e realização de investimentos em geral, sempre dentro do objeto social.

A mutação das debêntures no período é a seguinte:

	2020	2019
Saldo inicial	201.553	201.848
Encargos financeiros	6.032	12.943
Pagamento de juros	(7.586)	(13.499)
Amortização de custo	261	261
Total	200.260	201.553

Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020*

	2020	2019
Circulante	67.387	2.274
Não circulante	132.873	199.279
Total	200.260	201.553

(*) os custos de emissão das debêntures estão sendo amortizados no mesmo prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020.

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	209.051	207.705	247.773	212.264
Captação de empréstimos	115.000	1.519	115.000	42.821
Pagamento de principal	(115.266)	-	(122.904)	(7.139)
Pagamento de juros	(11.612)	(13.565)	(13.191)	(14.326)
Juros provisionados (i)	4.105	188	6.001	949
Encargos financeiros debêntures	6.293	13.204	6.293	13.204
Saldo Final	207.571	209.051	238.972	247.773

(i) Os juros provisionados foram apresentados no fluxo de caixa como “Juros e variações monetárias líquidos” em que foram somados às variações monetárias e juros de transações não relacionadas à empréstimos.

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ICMS (a)	39.403	33.472	40.405	34.171
ICMS parcelado (b)	1.285	1.858	1.285	1.858
IRRF	3.202	2.163	3.286	2.252
COFINS (c)	-	-	916	409
PIS (c)	-	-	199	87
Imposto Sobre Serviços - ISS	170	151	305	258
Outros impostos, taxas e contribuições	1.190	957	1.697	1.310
Total	45.250	38.601	48.093	40.345
Circulante	30.831	23.567	33.674	25.312
Não circulante	14.419	15.034	14.419	15.033
Total	45.250	38.601	48.093	40.345

(a) **ICMS a pagar**

A Sociedade gozava de incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal, os quais foram concedidos pela Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal e consistiam na redução de 70% do referido imposto, não podendo ultrapassar 25% do faturamento mensal da Sociedade.

Estes incentivos fiscais de ICMS foram revogados pelo Distrito Federal e vigoraram até dezembro de 2013. Existe um saldo de ICMS a financiar registrado nas Demonstrações Financeiras de 2019 no montante de R\$ 14.007 relativo

ao ano de 2013 e 2014, que ainda goza do direito dos incentivos fiscais do ICMS do Distrito Federal. Em 30 de junho de 2018, a Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal autorizou o Banco de Brasília -BRB a financiar o saldo de ICMS relativos aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2013, no montante de R\$ 881, cumprindo assim os termos do Regime Especial.

(b) **ICMS parcelado**

Em 05 de dezembro de 2017, a Administração da Sociedade obteve junto à Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, Termo de Acordo de Parcelamento de ICMS, objeto de autuação anteriormente lavrado, relativo a diferenças de base de cálculo entre o preço de transferência e o preço praticado internamente. O parcelamento foi concedido em sessenta parcelas, as quais estarão sujeitas a correção pela taxa referencial do sistema de liquidação e custódia - Selic.

(c) **PIS e COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos**

Em 2008 a Sociedade entrou com mandado de segurança para exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS e a restituição do indébito. Após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral, o desembargador presidente do TRF-1ª Região negou seguimento aos recursos especial e extraordinário interposto pela União Federal, não obstante, o julgamento individual do processo foi favorável a Sociedade perante o TRF-1ª Região. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda remota para essa demanda, e a partir de março de 2017, passou a excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições. Em face da decisão que negou seguimento ao seu Recurso Extraordinário, a União Federal interpôs Agravo Interno, o qual teve provimento negado pela Corte Especial do e. TRF-1ª Região. Inconformada, a União Federal opôs Embargos Declaratórios em face do decisum, o processo transitou em julgado com decisão definitiva favorável à Sociedade neste período, como demonstrado na nota explicativa 8.

17 Salários, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Férias	19.972	19.333	23.914	22.823
Provisão para participação nos resultados	31.842	-	32.779	-
FGTS a recolher	1.239	1.286	1.518	1.566
INSS a recolher	7.841	6.396	8.403	6.842
Outros	3.946	-	4.308	60
Total	64.840	27.015	70.922	31.291

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo não circulante:				
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (i)	3.883	17.702	3.883	17.702
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.867	12.375	11.867	12.375
Perdas com créditos de ICMS	2.988	2.988	2.988	2.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.117	427	1.117	427
Provisão para perdas com créditos diversos	687	1.086	687	1.086
Perdas e desvalorização dos estoques	615	982	615	982
Provisão para participação nos resultados	10.826	-	10.826	-
Provisão para despesas operacionais diversas	14.251	5.791	14.251	5.791
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14 (ii)	2.288	2.197	2.288	2.197
Efeito venda CIF não performada	4.254	2.490	4.254	2.490
Efeito devoluções estimada sobre vendas	638	366	638	366
Efeito Ajustes AVP Contas a Pagar e Receber	111	53	111	53
Total	53.525	46.457	53.525	46.457

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social era no montante de R\$ 12.266 e R\$ 9.068 (R\$ 52.915 e R\$ 49.716 em 2019), respectivamente, na Sociedade, e de R\$ 34.995 e R\$ 31.797 (R\$ 72.641 e R\$ 69.442 em 2019), respectivamente, no Consolidado.
- (ii) Os valores apresentados referem-se às diferenças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e alterações introduzidas pela Lei 12.973/14 apuradas pelas estimativas de vida útil dos ativos imobilizado e intangível.

A movimentação do IRPJ e da CSLL diferidos ativos e passivos é como segue:

	Debitado (creditado) à demonstração do resultado		Debitado (creditado) à demonstração do resultado		2020
	2018	2019	2019	2020	
Diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	6.891	10.811	17.702	(13.819)	3.883
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.454	(2.079)	12.375	(508)	11.867
Perdas com créditos de ICMS	3.914	(926)	2.988	-	2.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	473	(46)	427	690	1.117
Provisão para perdas com créditos diversos	213	873	1.086	(399)	687
Perdas e desvalorização dos estoques	1.595	(613)	982	(367)	615
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	10.826	10.826
Provisão para despesas operacionais diversas	6.178	(387)	5.791	8.460	14.251
Diferenças taxas de depreciação - Lei 12.973/14	2.121	76	2.197	91	2.288
Efeito venda CIF não performada	2.565	(75)	2.490	1.764	4.254
Efeito devoluções estimada sobre vendas	362	4	366	272	638
Efeito Ajustes AVP Contas a Pagar e Receber	-	53	53	58	111
Total	38.766	7.691	46.457	7.068	53.525

Em conformidade com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro foram constituídos IRPJ e CSLL diferidos, provenientes basicamente de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. Os débitos e créditos tributários foram constituídos tendo em vista que a Sociedade apresentou resultados tributáveis futuros, com base

em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora e Consolidado
2021	21.144
2022	17.001
2023	15.380
Total	53.525

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Sociedade e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa de utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Sociedade.

O ativo registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções para os próximos dez anos de lucros tributáveis. Considera-se também que a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL é limitada a 30% do lucro anual antes do IRPJ, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira. A Administração da Sociedade não constituiu IRPJ diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa de CSLL gerados por suas controladas, no montante de R\$ 5.682 e R\$ 2.045 em 2020 (R\$ 4.932 e R\$ 1.775 em 2019) em razão da não expectativa de lucros tributáveis no montante suficiente para compensação dos prejuízos fiscais.

b. Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	256.973	109.607	267.239	115.393
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(87.371)	(37.266)	(90.861)	(39.234)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Efeitos dos lucros das empresas com base no lucro presumido (*)	-	-	6.692	7.119
Imposto de renda pago com base nas empresas de lucro presumido	-	-	(3.577)	(3.328)
Equivalência patrimonial	10.193	4.991	-	-
Efeito da dedução dos juros sobre o capital próprio	7.650	1.360	7.650	1.360
Despesas indedutíveis	(251)	(1.677)	1.250	(4.273)
Depreciação, juros e pagamentos arrendamento mercantil	(421)	(1.360)	(933)	(530)
Subvenções para Investimento	49.368	32.439	49.368	32.439
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	13.036	(1.110)	12.052
Outros	(2.759)	(487)	(2.329)	(348)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(23.591)	11.036	(33.850)	5.257
Correntes	(30.659)	3.345	(40.918)	(2.434)
Diferidos	7.068	7.691	7.068	7.691
Total	(23.591)	11.036	(33.850)	5.257
Taxa efetiva	(9,2%)	10,1%	(12,7%)	4,6%

(*) A controlada MIL apurou o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro presumido em 2020 e 2019, aplicando sobre o seu faturamento a taxa efetiva de 11% e 8% respectivamente.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do imposto de renda e da

contribuição social dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

19 Provisões para contingências

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações trabalhistas e processos cíveis. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus consultores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. As provisões constituídas para os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

a. Provisões para perdas prováveis por tipo de risco

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Tributários	6.374	4.645	6.889	5.139
Cíveis	16.502	15.152	16.502	15.152
Trabalhistas	12.027	16.599	14.462	19.293
Total	34.903	36.396	37.853	39.584

b. Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	Controladora					2020
	2019	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	4.645	4.125	(2.182)	(338)	124	6.374
Cíveis	15.152	674	-	(1.280)	1.956	16.502
Trabalhistas	16.599	1.070	(860)	(6.152)	1.370	12.027
Total não circulante	36.396	5.869	(3.042)	(7.770)	3.450	34.903

	Controladora					2019
	2018	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	7.486	225	(3.186)	(137)	257	4.645
Cíveis	13.279	1.633	-	(1.472)	1.712	15.152
Trabalhistas	21.746	2.110	(1.158)	(7.924)	1.825	16.599
Total não circulante	42.511	3.968	(4.344)	(9.533)	3.794	36.396

	Consolidado					2020
	2019	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	5.139	4.148	(2.182)	(351)	135	6.889
Cíveis	15.152	687	-	(1.293)	1.956	16.502
Trabalhistas	19.293	1.895	(1.533)	(6.813)	1.620	14.462
Total não circulante	39.584	6.730	(3.715)	(8.457)	3.711	37.853

	Consolidado					2019
	2018	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Tributários	7.652	577	(3.218)	(136)	264	5.139
Cíveis	13.366	1.633	(3)	(1.567)	1.723	15.152
Trabalhistas	22.957	4.030	(1.266)	(8.455)	2.027	19.293
Total não circulante	43.975	6.240	(4.487)	(10.158)	4.014	39.584

c. Natureza dos riscos

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Riscos tributários** - referem-se, basicamente, a ICMS, ICMS-ST, INSS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, principalmente relativos a exercícios anteriores.
- **Riscos trabalhistas** - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- **Reclamações cíveis** - as principais ações estão relacionadas a indenizações sobre acidentes de trânsito, reclamações de clientes e ações indenizatórias de representantes comerciais.

d. Ativos da Sociedade e de suas controladas relacionados aos depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas estão assim representados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Processos cíveis	261	278	261	278
Processos trabalhistas	4.773	6.555	5.395	7.354
Processos tributários	6.888	1.468	6.888	1.468
Total	11.922	8.301	12.544	9.100

e. Perdas possíveis

A Sociedade tem ações de natureza tributária, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 273.664 (R\$ 276.912 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$259.334 de natureza tributária, R\$5.972 de natureza cível e R\$8.359 de natureza trabalhista.

Processo ICMS - MG

Em 28 de dezembro de 2009, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais, no montante original de R\$ 18.506 e atualizado para R\$56.158 em 2020, alegando falta de destaque de ICMS devido relativo a operações interestaduais de bonificações e redução da base de cálculo do referido imposto referente ao exercício de 2004. Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Administração da Sociedade entende haver uma expectativa de perda possível para essa demanda.

Processo PIS e COFINS

Em 19 de março de 2019, a Sociedade recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$64.882 e atualizado para R\$67.256 em 31 de dezembro de 2020, alegando a falta de inclusão das bonificações recebidas em mercadorias de fornecedores na base de cálculo das contribuições para efeito de recolhimento, a inclusão indevida na base de cálculo dos créditos descontados das contribuições do valor do ICMS Substituição Tributária não recuperado pela Sociedade e a insuficiência de recolhimento das contribuições sobre os descontos financeiros a títulos de reembolso de custo dos fornecedores. O processo encontra-se na esfera administrativa, e foi classificado pela Administração como risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Sociedade, no montante de R\$ 124.738 está representado por 124.737.896 ações ordinárias sem valor nominal.

A Sociedade pode emitir novas ações até o limite autorizado pela Lei nº 6.404/76, em que o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas.

b. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No ano de 2014 a reserva legal atingiu os 20% do capital social em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e deixou de ser constituída.

A reserva de retenção de lucros, que deve ser constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, para atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado em Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de Lucros – Subvenção para investimento

A constituição de reserva de subvenção para investimento escriturada em conta de Reservas de Lucros de incentivo fiscal foi realizada para cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art.195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Tal reserva poderá ser somente utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos desde que já totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucro, com exceção da Reserva Legal, conforme preceitua o art. 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014. As subvenções não poderão ser distribuídas aos acionistas por meio de dividendos ou para restituição de capital.

Em março de 2019, a Assembleia Geral dos Acionistas, aprovou a proposta da Administração da Sociedade de constituição da reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social de 2018, no valor total de R\$63.945 com a totalidade do lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 27.967 e autorizou a exclusão do saldo remanescente, no valor de R\$ 35.977 da base de cálculo dos dividendos sobre os lucros apurados em períodos subsequentes, nos termos do artigo 523 do Decreto nº 9.580/2018.

Em dezembro de 2019, foi constituída reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social de 2019, no valor total de R\$ 71.254 (R\$ 63.945 em 2018) com a destinação de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em dezembro de 2019, totalizando desta forma, um saldo de R\$ 135.198 de reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2019. Tal montante contabilizado como reserva de

subvenção para investimento foi excluído da apuração do Lucro Real dos respectivos períodos de apuração.

Em dezembro de 2020, foi constituída reserva de incentivos fiscais, relativo a subvenções governamentais para investimentos auferidas no exercício social, no valor total de R\$ 145.199 com a destinação de parte do lucro líquido apurado no exercício social findo em dezembro de 2020. Tal montante foi contabilizado como reserva de subvenção para investimento foi excluído da apuração do Lucro Real do referido período de apuração

d. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, anualmente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Sociedade.

A Sociedade poderá distribuir dividendos com base em balanços intermediários, em períodos inferiores a 12 meses, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital, acrescidos dos lucros acumulados e do lucro do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Administração da Sociedade aprovou em 2020 e em 2019 a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, pelo seu valor líquido do IRRF. O montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 22.500 foi contabilizado, em 31 de dezembro de 2020, como distribuição de dividendos a débito do patrimônio líquido, e em atendimento à legislação fiscal, foi excluído da apuração do Lucro Real

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, calculada nos termos da referida Lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrada:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	233.382	120.643
(-) Reserva de lucros subvenções para investimento saldo remanescente de 2018	-	(35.977)
(-) Reserva de lucros subvenções para investimento do exercício	(145.199)	(71.254)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	88.183	13.412
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	22.046	3.353
 O dividendo proposto tem a seguinte composição:		
Juros sobre o capital próprio	22.500	4.000
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	(3.375)	(600)
	19.125	3.400
 Movimentação de dividendos a pagar:		
Saldo inicial	3.400	6.467
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(57.703)	(6.467)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	19.125	3.400
Dividendos de exercícios anteriores aprovados pela assembleia	98.373	-

Saldo final	63.195	3.400
-------------	--------	-------

e. Participação não controladora

	Consolidado	
	2020	2019
Saldos no início do exercício	15	15
Participação dos não controladores no lucro do exercício	7	7
Alteração de participação de não controladores	(11)	(7)
Saldos no fim do exercício	11	15

21 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos consolidados

31 de dezembro de 2020		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	284.012	-	284.012	284.012
Contas a receber	6	559.845	-	558.974	558.974
Depósitos judiciais	19.d	12.544	-	12.544	12.544
Total		856.401	-	855.530	855.530

31 de dezembro de 2019		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	158.863	-	158.863	158.863
Contas a receber	6	449.971	-	448.309	448.309
Depósitos judiciais	19.d	9.100	-	9.100	9.100
Total		617.934	-	616.272	616.272

Passivos consolidados

31 de dezembro de 2020		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	15	38.712		40.701	40.701
Fornecedores	14	972.105		970.474	970.474
Debêntures	15	200.260		212.313	212.313
Total		1.211.077		1.223.488	1.223.488

31 de dezembro de 2019		Valor Contábil	Valor Justo		
	Nota	Outros passivos financeiros	Nível 1	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	15	46.220	-	51.635	51.635
Fornecedores	14	797.083	-	793.609	793.609
Debêntures	15	201.553	-	225.257	225.257
Total		1.044.856	-	1.070.501	1.070.501

b. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 4 (h).

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não-observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado	Não aplicável	Não aplicável

divulgadas por fontes externas - BM&F
Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Sociedade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

c.1 Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Sociedade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Sociedade, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Sociedade está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

c.2 Gestão do risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios, para atender aos pequeno e médio varejos, e maximizar os recursos para prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em suas operações.

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(207.571)	(209.051)	(238.972)	(247.773)
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	242.293	140.512	284.012	158.863
Caixa líquido (Dívida líquida)	34.722	(68.539)	45.040	(88.910)
Patrimônio líquido	624.564	512.055	624.575	512.070
Alavancagem	5,6%	(13,4%)	7,2%	(17,4%)

c.3 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Provisão)Reversão de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	(2.028)	136	(1.442)	20

Contas a receber

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Sociedade apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento.

A Sociedade adota um modelo de crédito considerando variáveis comportamentais internas e externas do cliente. Há atribuição de riscos distintos para os diversos perfis de clientes que envolvem diversas variáveis e pesos como: segmento de negócio, tempo de fundação, região geográfica, perfil comportamental de pagamentos, informações restritivas de mercado e comportamento dos sócios. O perfil de risco da carteira é extremamente pulverizado e baixa concentração de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. As vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação conforme política de

alçadas estabelecida. A Sociedade possui uma carteira de recebíveis na qual 86% dos clientes transacionam em média a mais de 4 anos, sendo que esses clientes não apresentaram riscos de recuperação judicial ou perdas no encerramento do exercício. A Sociedade monitora mensalmente o risco de crédito, e os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoas físicas e jurídicas, atividades, localização, histórico e existência de dificuldades financeiras em períodos anteriores.

A Sociedade não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis, exceto, quando há uma exposição mais relevante. Para estes casos adota-se Termo de Fiança dos sócios ou mesmo seguro de crédito. A Sociedade não tem contas a receber de clientes para as quais nenhuma provisão de perda é reconhecida em razão da garantia.

A análise da exposição da Sociedade ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 6.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes corporativos

A Sociedade aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ele considera serem capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis em bureaus de crédito e órgãos especializados, por exemplo) e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistentes com as definições de classificação de crédito externas de agências como Serasa Experian.

O risco de crédito é calculado por meio do uso do método de *Score* (variáveis comportamentais internas do cliente) e *Rating* (através modelagem de *Behavioral e Application, obtendo-se variáveis comportamentais externas do cliente*) e baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos dezessete anos.

As informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de clientes e ativos contratuais para clientes individuais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 por faixa de vencimento, bem como a movimentação da provisão para redução ao valor recuperável estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Caixa e equivalentes de caixa

A Sociedade e suas controladas detinham ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 284.012 em 31 de dezembro de 2020 (2019: R\$ 158.863). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

A Sociedade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

c.4 Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa suficiente, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. Em dezembro de 2020 a Companhia assegurou contratação de linha compromissada junto ao Banco do Brasil para compor a estratégia de liquidez no montante de R\$ 100.000 (R\$ 50.000 em 31/12/2019) com prazo de vencimento em 12 meses. Além disso, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2020 linhas de conta garantida contratadas junto às instituições financeiras parceiras no

montante total de R\$ 27.000 (R\$ 8.400 em 31/12/2019).

A Administração monitora o nível de liquidez da Sociedade, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). Além disso, a política de gestão de liquidez da Sociedade envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas, a manutenção de planos de financiamento de dívida e alocação equilibrada do caixa em bancos parceiros de primeira linha.

Os vencimentos dos passivos financeiros consolidados em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2038	2039	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	79.246	80.044	78.159	7.850	2.504	332	6.014		254.149
Fornecedores	972.105	-	-	-			-		972.105

Adicionalmente, a Sociedade possui fianças bancárias no montante total de R\$ 29.461 obtidas para fazer face a regimes especiais de recolhimento de ICMS, e como garantia nos contratos de financiamentos firmados para aquisição de veículos através do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste no montante de R\$17.989, sendo este o valor máximo que a Sociedade pode ser obrigada a liquidar, conforme os termos dos contratos estabelecidos com as instituições financeiras, se o valor total garantido for cobrado pela contraparte.

c.5 Riscos de mercado

Risco com taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem os valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não possuía obrigações de empréstimos em moeda estrangeira, e possuía saldo no montante de R\$1.663 (R\$590 em 2019) referente aquisição de mercadorias importadas.

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI, com o propósito de, se necessário, ajustar as taxas de financiamento aos clientes para mitigar estas flutuações. Adicionalmente, a totalidade do saldo de equivalentes de caixa da Companhia é também indexada à variação do CDI, mesmo indexador das dívidas pós fixadas.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de aumento nas taxas de juros foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela B3. Os efeitos esperados das despesas com juros líquidas de receitas financeiras das aplicações financeiras para os próximos 12 meses são como segue:

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%
Total dos empréstimos (nota explicativa nº 15)	(238.972)	(238.972)	(238.972)
Dívidas à taxa pré-fixada	6.014	6.014	6.014
Dívidas à taxa IPCA	15.963	15.963	15.963
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 5)	240.742	240.742	240.742
Caixa líquido sujeita à variação do CDI	23.747	23.747	23.747
Taxa do CDI anual em 31/12/2020	1,90%	1,90%	1,90%
Taxa do CDI futura projetada para os próximos 12 meses	2,85%	3,56%	4,28%
Efeito nas receitas financeiras sujeitas a variações do CDI:			
- Conforme taxa efetiva	451	451	451
- Conforme cenários	677	846	1.015
Aumento nas receitas financeiras para os próximos doze meses	226	395	564

d. Instrumentos financeiros derivativos

No ano-calendário de 2020 e 2019, a Sociedade não realizou nenhuma operação de derivativos.

e. Compromissos

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cédula de Crédito Comercial com o Banco de Brasília S.A. - BRB (vide nota explicativa nº 16)	348.338	348.338	348.338	348.338

22 Plano de suplementação de aposentadoria

Plano de previdência privada

A Sociedade é co-patrocinadora da MartinsPrev, Sociedade fechada de previdência privada complementar, que tem como objetivo oferecer a seus funcionários participantes benefícios de aposentadoria, invalidez e pensão por morte.

A MartinsPrev possui planos de benefícios na modalidade de contribuição definida (aposentadorias) e de benefício de risco (invalidez e pensão por morte). Para a aposentadoria, o patrocinador contribui com 1,81% (1,68% em 31 de dezembro de 2019) da folha de pagamento dos participantes. Para invalidez e pensão, planos custeados integralmente pelo patrocinador, a contribuição no ano 2020 equivale a 1,56% (1,57% em 31 de dezembro de 2019) da folha de pagamento dos participantes.

Até fevereiro de 2009, o patrocinador contribuía com 1,34% da folha de pagamento dos participantes para a modalidade de contribuição definida. A partir de março de 2009, o plano foi

alterado e o patrocinador passou a contribuir mensalmente com um percentual que incide sobre o salário de participação do participante, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Salário de participação - em reais -R\$ (*)	Contribuição normal do patrocinador - %
2.127,46	0,25%
2.127,47 a 4.255,03	0,50%
4.255,04 a 6.382,51	0,75%
6.382,52 a 8.510,04	1,00%
8.510,05 a 10.637,52	2,50%
10.637,53 a 12.765,04	3,00%
12.765,05 a 17.020,06	3,50%
17.020,07 a 21.275,08	4,00%
Acima de 21.275,09	5,00%

(*) Valores praticados de dezembro de 2020 a novembro de 2021.

O passivo atuarial relacionado aos benefícios de risco (pensão por invalidez e morte) é repassado à Bradesco Vida e Previdência S.A., por meio do Convênio de Repasse de Riscos, a qual se responsabiliza pela respectiva cobertura, motivo pelo qual não há consignado nenhum passivo atuarial nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

No ano 2020 a Sociedade contribuiu com R\$ 3.467 (R\$ 3.437 em 2019).

Informações adicionais:

- O percentual de 1,56% referente aos Benefícios de Risco (Invalidez e Morte) é definido de acordo com o Artigo 16 do Regulamento do Plano.
- O reajuste dos valores das contribuições está no Artigo 24 do Regulamento do Plano.
- Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MartinsPrev no ano de 2013 constituíram déficit sobre os benefícios concedidos, sendo que as principais razões para o surgimento do déficit foram a rentabilidade obtida no investimento dos recursos garantidos dos benefícios ter sido inferior à meta atuarial registrada no mesmo período, bem como as perdas em decorrência de movimentação cadastral no Plano. A quantidade de participantes que se apresentaram até fevereiro de 2009 que ainda tinha direito ao plano de benefício era irrelevante.
- De acordo com o Parecer da Avaliação Atuarial de 21 de fevereiro de 2020 referente ao exercício de 2019 foi identificada a insuficiência de patrimônio de cobertura do plano frente ao Passivo Atuarial segregada proporcionalmente entre benefícios concedidos e a conceder na proporção das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. De acordo com o previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, na ocorrência de insuficiência de cobertura da provisão matemática de benefícios concedidos, a patrocinadora deveria firmar um instrumento contratual com garantias. Foi emitido em 23 de dezembro de 2020 registro de caução em favor de Multipensions Bradesco de titularidade da patrocinadora para garantir tal déficit equalizado em R\$ 369.
- Adicionalmente, a patrocinadora também realizou pagamento de 9 prestações mensais referentes ao Instrumento Particular de Reconhecimento e Confissão de Dívida, após sua celebração, para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Déficit Equacionado 2019, no valor de R\$ 30, referente ao déficit de benefícios concedidos que corresponde a 0,04% da folha de salários. Tais prestações foram atualizadas mensalmente, conforme previsto no referido instrumento. O prazo remanescente para amortização desse déficit em 2019 era de 14 anos e 1

mês. A Multipensions Bradesco fará a avaliação atuarial referente ao exercício de 2020 em fevereiro de 2021.

23 Receita líquida de vendas de mercadorias e serviços

a. Fluxos da receita

A Sociedade gera receita principalmente pela venda de mercadorias em geral no atacado e varejo e pela prestação de serviços de concessão e licenciamento de uso da marca Smart e disponibilização de tecnologia de gestão para comércio varejista. Outras fontes de receitas incluem receita de descarga, paletização e armazenagem.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentada na demonstração do resultado é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de mercadorias	6.270.476	4.855.174	6.270.476	4.875.509
Receita de serviços	236.397	193.159	266.015	218.187
Total da receita Bruta	6.506.873	5.048.333	6.536.491	5.093.696
Impostos sobre vendas	(1.003.718)	(771.037)	(1.006.870)	(775.854)
Devoluções e abatimentos	(77.524)	(50.498)	(77.583)	(51.021)
Total de receita contábil	5.425.631	4.226.798	5.452.038	4.266.821

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Desagregação por Categorias de Produtos:				
Agroveterinários	233.484	178.059	233.484	178.805
Alimentos	934.772	672.988	934.772	675.807
Bazar	294.955	206.905	294.955	207.772
Bebidas	326.141	258.300	326.141	259.382
Calçados	423.970	333.773	423.970	335.171
Eleto/Informática	998.710	756.164	998.710	759.331
Higiene/Beleza/Limpeza	1.531.900	1.306.847	1.531.900	1.312.321
Material Elétrico/Construção/Hidráulico	733.687	557.613	733.687	559.949
Telecom	688.141	482.591	688.141	484.612
Outros	104.716	101.934	104.716	102.359
Total Receita de Mercadorias	6.270.476	4.855.174	6.270.476	4.875.509
Desagregação das Receitas de serviços:				
Serviços Smart	20.590	25.713	20.590	25.713
Serviços Logísticos	193.932	150.144	223.550	174.635
Serviços Tecnologia de gestão para comércio	19.877	16.535	19.877	16.535
Serviços e-Fácil	508	410	508	410
Outros	1.490	357	1.490	894
Total Receita de Serviços	236.397	193.159	266.015	218.187
Total da receita	6.506.873	5.048.333	6.536.491	5.093.696

c. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)
Venda de mercadorias	<p>A Sociedade trabalha com três canais de vendas, o presencial, comércio eletrônico e vendas digitais. Os contratos de vendas (“pedidos”) com a base de clientes são celebrados eletronicamente pelos canais de vendas. Os pedidos são processados, faturados e os títulos de cobrança são emitidos de forma escritural no momento do faturamento. O prazo médio de entrega dos produtos pode variar de 1 a 7 dias, dependendo da região. Os clientes obtêm a posse das mercadorias no momento que são entregues e aceitas nas dependências do cliente. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente em um prazo médio de 33 dias.</p> <p>Todos os contratos (“pedidos”) permitem ao cliente a devolução total ou parcial dos produtos no momento do aceite, podendo as mercadorias serem trocadas por outras ou os créditos serem abatidos nas próximas compras, para alguns contratos é permitido a devolução em dinheiro. O preço da transação é determinado pelo valor da mercadoria entregue nas dependências do cliente, sendo dessa forma o frete de vendas uma obrigação de desempenho.</p>	<p>A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para todos os contratos (“pedidos”) é permitido aos clientes devolver as mercadorias ou parte delas, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos das devoluções ocorridas em períodos anteriores. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos</p>
Venda de serviços	<p>A Sociedade obtém receitas na prestação de serviços relacionadas a sua atividade principal, tais como (i) consultoria e assessoria na gestão e organização de lojas varejistas, (ii) carga, descarga, paletização, armazenagem e transporte de mercadorias, (iii) transmissão eletrônica de dados e transações financeiras e (iv) divulgação de marcas e produtos no sites do ecommerce. O pagamento dos títulos ocorre, normalmente a vista ou em um prazo de 30 dias. A Sociedade não devolve dinheiro de serviço efetivamente prestado.</p>	<p>A receita é reconhecida no período em que o serviço é efetivamente prestado.. A Sociedade não faz nenhum ajuste a título de vendas canceladas ou serviços recebidos, porém não prestados.</p>

24 Natureza dos custos e das despesas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas	(4.175.141)	(3.355.274)	(4.174.806)	(3.370.331)
Custos e despesas com folha de pagamento	(287.296)	(257.778)	(339.810)	(309.455)
Comissões sobre vendas	(235.010)	(159.704)	(237.226)	(159.716)
Manutenção, armazenagem e frete	(338.769)	(278.799)	(221.082)	(180.113)
Despesas de aluguel	(9.792)	(5.432)	(11.028)	(7.308)
Acordos comerciais	(9.306)	(15.245)	(9.806)	(15.807)
Depreciação e amortização	(17.003)	(18.019)	(28.886)	(27.139)
Depreciação arrendamento mercantil	(31.392)	(27.714)	(34.530)	(31.355)
Serviços prestados por terceiros	(28.657)	(26.916)	(29.536)	(28.722)
Despesas com utilidades	(14.892)	(15.162)	(15.774)	(16.336)
Despesas com tributos	7.907	(6.705)	(28.242)	(32.214)
Despesas com propaganda e publicidade	(12.851)	(9.615)	(12.851)	(9.618)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.028)	136	(1.442)	20
Perdas líquidas no valor recuperável de créditos tributários e estoques	1.079	4.529	1.079	4.772
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.827)	376	(3.015)	(1.753)
Outras despesas	(100.025)	(96.484)	(100.130)	(105.558)
Total	<u>(5.256.003)</u>	<u>(4.267.806)</u>	<u>(5.247.085)</u>	<u>(4.290.633)</u>

Representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(4.200.919)	(3.381.176)	(4.202.726)	(3.398.278)
Despesas comerciais e de distribuição	(908.345)	(779.941)	(861.953)	(751.583)
Despesas gerais e administrativas	(146.739)	(106.689)	(182.406)	(140.772)
Total	<u>(5.256.003)</u>	<u>(4.267.806)</u>	<u>(5.247.085)</u>	<u>(4.290.633)</u>

25 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas:				
Bonificações recebidas de fornecedores	24.503	41.581	24.503	41.581
Vendas acessórias	261	552	261	569
Aluguel	1.362	1.385	1.362	1.937
Vendas de bens do ativo imobilizado	325	246	6.693	4.539
Despesas e custos recuperados	1.590	1.103	1.982	1.567
Resultado com alienação de investimento	-	65	-	65
Provisão (reversão) para perdas ao valor recuperável	-	4.141	-	4.141
Ressarcimento de tributos (*)	21.342	54.254	21.411	55.540
Outras receitas	860	13	860	13
Despesas:				
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(153)	(6.966)	(218)	(9.894)
Total	50.090	96.374	56.854	100.058

(*) ver comentários nota explicativa 8.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	14.889	16.528	14.934	16.469
Ganhos com aplicações financeiras	8.407	6.033	8.972	6.779
Outras receitas	59	152	116	189
	23.355	22.713	24.022	23.437
Despesas financeiras:				
Juros pagos	(10.400)	(14.784)	(12.331)	(15.556)
Descontos concedidos	(14)	(19)	(14)	(160)
Encargos arrendamento mercantil	(4.437)	(4.686)	(4.522)	(5.009)
Outras despesas	(7.492)	(6.761)	(7.833)	(7.314)
	(22.343)	(26.250)	(24.700)	(28.039)
Variações monetárias e cambiais:				
Variações monetárias e cambiais ativas (*)	10.683	47.478	10.790	48.349
Variações monetárias e cambiais passivas	(4.419)	(4.381)	(4.680)	(4.600)
	6.264	43.097	6.110	43.749
Total	7.276	39.560	5.432	39.147

(*) ver comentários nota explicativa 8

27 Informações por segmento

A Sociedade apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o segmento de atacado, que representa substancialmente a receita total da Sociedade e suas controladas, uma vez que a natureza das comercializações de produtos, serviços, categoria de clientes, formas de distribuição, comercialização e outros aspectos são os mesmos para os diversos tipos de mercadorias e serviços comercializados. Adicionalmente, não há utilização de informações por segmento para tomadas de decisões estratégicas. A Administração e o Conselho de Administração da Sociedade e suas controladas avaliam a performance e alocam os recursos necessários de forma consolidada.

28 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas
Ativos – imóveis	290.000
Lucros cessantes	84.312
Responsabilidade civil - operações, administradores e produtos	80.000
Riscos diversos - roubo	20.000
Transporte de carga - nacional e internacional	2.000

A Sociedade e suas controladas optam pela não contratação de seguros para sua frota de caminhões com valor residual de R\$ 66.383 (R\$ 78.738 em 31 de dezembro de 2019), uma vez que, com base em análises internas aprovadas pela Administração, entende que o risco de sinistro é substancialmente diluído.

* * *

Diretoria

Alair Martins do Nascimento - Presidente Honorário do Conselho de Administração
João Ayres Rabello Filho - Vice-Presidente do Conselho de Administração
Flávio Lúcio Borges Martins da Silva- CEO - Chief Executive Officer
Rubens Batista Júnior - Diretor Financeiro

Contador

Marcos Antônio de Souza
CRC SP 154.526/O-7 “T” MG